

XU-NING, INVESTIDOR E DONO DO SHOPPING GUDE

“Os empresários chineses em Angola têm medo da sexta-feira”

ENTREVISTA. Instalado em Angola há mais de 20 anos e com pelo menos 18 fábricas em funcionamento em Luanda, Xu-Ning relata o drama na relação com agentes da fiscalização e da Polícia que têm a preferência de prender “à toa”, às sextas-feiras. O também proprietário do Shopping Gude, que garante já ter investido pelo menos 2 mil milhões de USD, alerta para o risco de as incursões da Polícia afugentarem investidores e apela aos políticos para evitarem “confusão”. Págs. 4 a 6



CORRIDA AOS EURO BONDS

Governo arrisca-se a taxas de dois dígitos

DÍVIDA. Caso se confirme a ida aos mercados no próximo ano, como anunciou a ministra das Finanças, Angola arrisca-se a pagar taxas de juro de dois dígitos, ou seja, a partir dos 10%. Pelo menos é o que projecta o economista Precioso Domingos que, ainda assim, à semelhança de Alves da Rocha, observa que as condições macroeconómicas serão mais favoráveis. Pág. 8

16 de Novembro 2021

Terça-feira

Semanário - Ano 6

Nº 285

Director-Geral

Evaristo Mulaza



ÔMICO

EM DEZ MESES

Kwanza recupera entre 7 e 11,6 por cento

Pág. 12

CONTAS DOS IMOBILIÁRIOS

Custos de construção triplicam em Luanda



Pág. 9

FERTILIZANTES

AIA propõe subvenção de 75%



Pág. 30

Editorial

A HISTÓRIA INÉDITA DO INVESTIDOR ESTUPRADO

Esta não é uma história de ficção. É um caso baseado em factos que marcaram para sempre, da forma mais dramática, a vida de um empresário estrangeiro que passou por Luanda. Pormenores, como o nome e a sua nacionalidade, só não são revelados porque o próprio assim o quis.

Vamos à narração. Há pouco mais de dois anos, um investidor estrangeiro, a convite de amigos instalados em Angola, decide desembarcar em Luanda. O propósito da viagem era, claro, prospectar oportunidades de negócios no país. Com centenas de milhões de dólares de património próprio e vários investimentos no seu país, não se trata de um investidor qualquer. Alguns dos amigos que encontrou na capital angolana confirmam que se trata de um empresário com capacidade para concretizar investimentos colossais.

Dá-se que, depois de alguns dias acomodado num dos principais hotéis da cidade, decide sair a meio da tarde com o motorista ao encontro de amigos que o aguardavam para comer e beber. Meia hora depois de deixar o hotel, a viatura é interpelada por agentes da polícia. E, como os vidros da viatura eram claros, é rapidamente identificado como estrangeiro e, conseqüentemente, abordado. Pedem-lhe os documentos e, nesse preciso momento, apercebe-se que os tinha deixado no hotel. Não leva consigo o passaporte e, por causa da

barreira linguística, não consegue explicar-se, não há comunicação. Apercebendo-se da aflição do seu passageiro, o motorista intervém, apelando aos agentes que se dirigissem ao hotel para que o empresário tivesse a oportunidade de provar que estava legal em Luanda. Esforço em vão. Decididos e sem meias medidas, os agentes conduzem o empresário a uma esquadra policial. Alertados, os amigos reagem e apressam-se à Polícia com os documentos. Explicam-se, imploram, mas sem sucesso. O investidor acaba mesmo por ficar detido da tarde de sexta-feira até à manhã da segunda-feira imediata. Não foram menos de longas e dolorosas 60 horas enclausurado numa cela com alguns acompanhantes.

Libertado na manhã de segunda-feira, não lhe ocorre nada mais do que abandonar imediatamente o país. Pede aos amigos que ajudem a sair imediatamente. Estes, apesar de solidários, tentam de tudo para demovê-lo. Asseguram-lhe que se tratava de um episódio que jamais se repetiria. Garantem-lhe apoio

total, incluindo protecção, informados do grande interesse que tinha em investir em Angola e das amplas possibilidades que tinha para concretizar bons negócios, mas o importante investidor já tinha tomado a sua decisão enquanto se encontrava enclausurado na cela. Era irreversível. No dia seguinte, quando finalmente se despedia dos amigos no aeroporto 4 de Fevereiro, confessa ao mais próximo com os olhos humedecidos: “Jamais volto a pôr os pés neste país, fui violado na cadeia”. O amigo olha para ele atónito e, sem dizer uma palavra, dá-lhe o abraço de consolo e de despedida.

Três anos após a humilhação por que passou em Luanda esse investidor estrangeiro, o *Valor Económico* destaca uma entrevista reveladora do quão o pormenor da segurança é largamente ignorado nas preocupações de atracção do investimento. E tudo isso pode ser, resumidamente, extrapolado das declarações cirúrgicas do entrevistado. Investidores estrangeiros de certos países têm mais medo dos fiscais e da polícia do que de bandidos.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola;
222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao;
comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



ALCIDES CABRAL,
presidente do PMI Angola

Que análise faz de programas como o PIIM?

Podemos ter boas políticas e estratégias mas, se não tivermos projectos bem desenvolvidos, todas as políticas e estratégias vão por água abaixo.

É o caso desta iniciativa presidencial?

Muitas vezes, pensamos que melhorar é gerir para os outros. Nós não devemos gerir para, mas sim com o cidadão. É preciso planear exaustivamente o tempo, o cronograma de acções, os custos, a qualidade, o plano de comunicação, de recursos, de riscos, das aquisições. Depois da execução, é preciso monitorizar e controlar através de auditorias e isso deve ser um processo sério para atingirmos os objectivos.

E quanto à diversificação económica?

Precisamos de ter coragem de aprender a viver sem o principal recurso, o petróleo. Temos de aproximar os discursos às práticas. Essa abordagem da agricultura tem de ser uma realidade, a indústria tem de acontecer e as tecnologias também. Temos de apostar cada vez mais na meritocracia.

09 TERÇA-FEIRA

A subcomissão de candidaturas da Comissão Nacional Preparatória do VIII congresso ordinário do MPLA revela que não recebeu qualquer candidatura do militante António Venâncio, mas apenas uma carta de reclamação.

10 QUARTA-FEIRA

O Banco Nacional de Angola anuncia que, a partir de 1 de Janeiro de 2022, as notas de 200, 500, 1.000, 2.000 e 5.000 kwanzas, da série 2012, deixarão de ser aceites como meio de pagamento, com excepção de depósitos nos bancos.

11 QUINTA-FEIRA

O presidente da comissão executiva da Unidade de Negócios de Gás e Energias Renováveis da Sonangol, Manuel Barros, anuncia a construção de novas instalações de armazenamento de gás para Malanje.



12 SEXTA-FEIRA

Fica confirmado que Adalberto Costa Júnior, afastado da liderança da Unita pelo Tribunal Constitucional, e João Lourenço, presidente do MPLA, são candidatos únicos à liderança das respectivas forças políticas.



13 SÁBADO

O presidente da AIA, José Severino, lança um apelo para que os governos provinciais e associações empresariais ajudem as empresas do interior do país a cobrirem os custos de participação na Filda, que se realiza de 30 de Novembro a 4 de Dezembro.



14 DOMINGO

As autoridades revelam que as obras de requalificação de quatro bairros periféricos da cidade do Luena, no Moxico, vão custar 9,3 mil milhões kwanzas, no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).



SEGUNDA-FEIRA

Informações dão conta que a falta de agências de viagens com pacotes de visitas para Mbanza Kongo, no Zaire, tem desencorajado muitos turistas nacionais e estrangeiros a visitarem esta cidade, inscrita na lista do Património Cultural da Humanidade.

COTAÇÃO



PETRÓLEO COM TENDÊNCIA DE QUEDA...

O petróleo segue em alta leve diante dos receios de aumento da oferta e de casos de covid-19. O Brent, referência às exportações angolanas, subiu 0,5%, negociando 82,47 dólares na tarde desta terça-feira. Já o WTI subiu 0,2% para os 79,88 dólares.



BOLSA NORTE-AMERICANA EM RECUPERAÇÃO...

As ações em Wall Street recuperaram na tarde desta terça-feira, após abrirem em baixa, influenciadas pela investigação, a pedido do Reino Unido, do plano de aquisição da Arm. O índice Dow Jones subiu 0,44%, a 36.245 pontos. Ao passo que o Nasdaq avançava 0,18%, a 15.882 pontos, e o S&P 500 ganhava 0,035449%, a 4.684 pontos.

Entrevista

XU-NING, EMPRESÁRIO E DONO DO SHOPPING GUDE

“O grande problema em Angola é a segurança, as pessoas preocupam-se com o bandido, mas também com os polícias”

Manifesta-se agastado com as multas “por tudo e por nada” e com a Polícia que “prende à toa”, sem provas. Recorda que, a determinada altura, foi interpelado pela concorrência para aumentar o preço do produto de uma das 18 fábricas do seu grupo. E defende não ser justo afirmar que o empresário chinês paga mal e maltrata os trabalhadores. Aos políticos, o recado é único: que não façam confusão e que abram as portas do país aos investidores.

Por César Silveira

Está em Angola há 22 anos e tem investimento em diversas áreas. Pode fazer uma retrospectiva desde a sua chegada?

Cheguei em 1999, ainda em tempo de guerra e comecei com o pequeno comércio. Hoje, o nosso grupo, Guang International Group, tem 18 fábricas com vários armazéns e o Shopping Gude. Temos um total de dois mil trabalhadores. Queremos fazer mais investimentos na indústria porque penso que este país precisa de fábricas. Porque reduz a exportação de divisas, garante emprego e aumenta os impostos para o Governo. Também estamos no turismo, trabalhamos com a linha Luanda/ Pequim.

O que produzem essencialmente as 18 fábricas?

Temos fábrica de poste de energia, bloco, chapa, colchão, madeira, mobília, sofá, esponja, caixa de papelão, bateria de car-



ros. Produzimos também ovo e cogumelos.

E a aquisição de matéria-prima para todas essas unidades é feita localmente?

A bateria está quase 100% angolana. No ano passado, importávamos o chumbo, mas agora compramos baterias usadas. Se você colocar uma bateria no chão, prejudica uma extensão de 100 metros quadrados. Se plantar alguma coisa,

não vai crescer. Esta fábrica é boa também para o ambiente. Angola tem muita bateria usada.

E como funciona a recolha dessas baterias?

Nós não vamos recolher, compramos à porta da fábrica. Pagamos 4 a 5 mil kwanzas.

E em relação às outras fábricas?

Nós compramos, por exemplo, a madeira para fazer mobília,

mas o transporte da madeira está muito caro. Há a lei que proíbe a circulação da madeira e ainda o problema das estradas. Não vivemos estas dificuldades directamente porque a exploração e produção da madeira não é o nosso negócio, apenas compramos, mas os nossos fornecedores apresentam muitas queixas sobre a proibição da circulação, das multas, e toda esta situação afecta o nosso trabalho, mas

vamos conseguindo manter-nos. Queremos continuar a investir em novas fábricas.

Além das questões ligadas à aquisição da matéria-prima, o que mais eventualmente afecta o funcionamento das vossas fábricas?

Há uma outra questão: estamos muito preocupados com os serviços de fiscalização. Passam multa e prendem por tudo e por nada. Quando um empresário falha, é necessário ser orientado. Na América, quando você falha uma primeira vez, tem uma atenuante, mas fica avisado: se volta a falhar, você é penalizado severamente. Angola poderia seguir o mesmo caminho. Se for um caso de crime, em que a falha do empresário provoca danos às pessoas, sim, deve ser penalizado, mas não é o caso das falhas mínimas. No São Paulo, por exemplo, a energia não é muito boa, mas a AGT precisa de computador. E se não tiver energia e várias pessoas estão a esperar, o que é que o empresário faz? Não vende? Mas se vender e a factura não estiver no sistema, apanha multa. É complicado.

“ O mais importante é que não haja confusão, os políticos não podem fazer confusão, devem abrir as portas de Angola, criar boas condições para os investidores estrangeiros porque Angola tem tudo. ”

Está a dizer que têm tido muitos problemas com os serviços de fiscalização?

Sou presidente da associação das empresas chinesas em Angola. Várias empresas enfrentam este problema com polícias e fiscais. Aqui há um problema, mas que não acontece só com os chineses. A polícia prende as pessoas à toa. Pensam que você tem problema, primeiro põem na cadeia e só depois vão confirmar. Mas, até confirmarem, a pessoa já sofreu na cadeia. Há muitos chineses que, na China, nunca foram na cadeia, mas aqui estão presos. Se não há provas, não podem prender. Isso tem de mudar.

E o que é que a associação tem feito, tem falado com as instituições?

Sim, falamos, mas o problema continua. Acompanhou, por exemplo, o caso da Cidade da China. O patrão foi para a cadeia, a 25 de Dezembro. Saiu num jornal que, na Cidade da China, há uma fábrica de dinheiro falso, mas este jornalista não foi à Cidade da China para ver se existe mesmo esta fábrica. A informação passou, todo o mundo passou a falar que o chinês está a cometer muitos crimes, mas, depois de tudo, ninguém fala mais sobre o assunto.

E como está o processo?

Chegou-se à conclusão que ele não cometeu nenhum crime, não há qualquer problema, ele já saiu da cadeia, ficou lá um mês. E agora ninguém vem falar que afinal ele não cometeu crime. Se você for empresário, vai fazer investimento neste país?

Ele continua em Angola?

Ele não pode sair, diz que o dinheiro dele está cá, a vida dele está cá, investiu muito, mas ele pode influenciar um familiar ou um amigo para não vir investir cá.

Existem mais casos semelhantes?

Temos um hospital chinês e, há 15 dias, a Polícia Económica esteve lá e quis levar o chefe do hospital. Ele não quis ir porque sabia que, se fosse, não sairia. Os empresários chineses têm medo da sexta-feira, há muitas operações, as pessoas são detidas e acabam por passar lá o fim-de-semana.

Mas a forma de evitar estas situações não seria estes empresários trabalharem em conformidade com as leis?

Nem todos os chineses têm a



O grande problema em Angola é a segurança. As pessoas preocupam-se com o bandido, mas também com os polícias.

mesma educação ou formação. Há pessoas que estão cá e não conhecem as leis, não falam português, têm apenas em mente que Angola é um bom mercado para fazer negócio. É normal que a polícia faça o seu trabalho, mas, como o país precisa de investidores, pode apostar-se na sensibilização, na educação. Por exemplo, dá um período para o empresário em falta corrigir as falhas, não é só prender.

E qual é o trabalho que a associação tem feito para reduzir as falhas por parte dos empresários chineses?

Nós falamos com todos os empresários para respeitarem as leis de Angola, a cultura. Qualquer problema, nós também ajudamos.

Se investe em Angola há mais de 20 anos e diz que vai continuar é porque considera existir um bom ambiente de negócio?

Já melhorou muito. Por exemplo, no tempo da Anip, era mais caro investir em Angola. Agora é Aipex e já mudaram algumas coisas, já ajudam na obtenção dos vistos. O grande problema em Angola é a segurança. As pessoas preocupam-se com o bandido, mas também com os polícias.

Os empresários preocupam-se com os polícias, é isso?

Temos este problema porque, quando chegam, querem gasosa. Temos muitos problemas.

Quais são as grandes diferenças da Angola que encontrou quando chegou e Angola de hoje?

Há muita diferença. Quando cheguei, por exemplo, não havia a via expressa. Hoje há bandidos, mas antes havia mais assaltos com uso de arma de fogo, AKA. A nível económico, também há uma diferença. Eu fazia comércio e vendia em cash. Quando fosse depositar no banco, tinha de pagar gasosa. Senão pagasse, fechavam o banco, porque o armazém fechava às 15 horas e o banco também fechava às 15 horas. E pagava pelo medo de voltar com o dinheiro para casa. Agora, já não existe esta situação, há melhores condições para os empresários. As estradas estão melhores, há energia, água. Melhorou muito. Mesmo na relação com a Polícia, já foi pior. Antes, quando solicitava agentes da polícia, diziam sempre que não havia carro. Hoje, já não ouve muito barulho do gerador como antes. Angola ainda estará entre os melhores países de África.

Mas falta muito, não acha?

Falta muito, mas temos de trabalhar.

Quantas empresas chinesas estão em Angola?

Não há um número exacto, mas são entre mil e duas mil. Há empresas grandes, empresas públicas como CCTE, caminho-de-ferro, construção... Depois, temos ainda muitas empresas pequenas que alugam armazéns para fazer comércio.

Já estiveram em Angola mais de 200 mil chineses...

Já tivemos mais de 300 mil chineses em Angola, agora não chegam 20 mil.

Continuação na página 6

Entrevista

Continuação da página 5



Também saíram muitos empresários?

Poucos. Outros não conseguiram regressar por causa da pandemia.

E há novos investidores com interesse em Angola?

Muitos conhecem Angola, é minha responsabilidade. Faço parte de uma associação na China e, quando o governo está a ajudar empresários chineses para investirem no exterior e perguntam-me sobre Angola, sempre garanto que é bom. O povo angolano é muito bom. Tem um ar fresco, tem água, peixe.

Também pensa em investir na Agricultura?

Não. Não conheço, vivo na cidade. Conheço apenas a indústria e o comércio, mas mostro caminho para quem quer investir nessas áreas.

Desde que chegou, nunca pensou em deixar Angola?

No meu caso é difícil. A minha vida está cá, este terreno onde falamos é meu, comprei-o. As fábricas são minhas. Gosto de Angola.

Disse que pensa em abrir novas fábricas, quais seriam as áreas?

Fábrica de pneu. Quando cheguei, a fábrica da Mabor estava a exportar pneu. Penso também em investir num hospital. Temos

bons hospitais, como o Girassol, mas para o povo não existem bons hospitais. As pessoas estão a morrer à toa. Tenho vários amigos que morreram com pequenas doenças. Tenho um filho, que não é meu filho biológico, pai foi motorista, morreu e ele ficou comigo. Estava doente no hospital, estavam numa cama três pessoas. Você entra com uma doença e sai com outra, não há boas condições. Angola precisa de ter bons hospitais. Há muita coisa por fazer. A antiga fábrica de cigarro, FTU, está fechada.

Quanto já investiu em Angola?

Cerca de 2 mil milhões de dólares.

É muito dinheiro...

Compra de terreno, construção, máquinas, muita coisa...

Alguma das fábricas não está a dar o resultado esperado?

Sim, a fábrica de postes de energia. Quando começámos, vendia cada poste a 400 dólares, enquanto outras fábricas estavam a vender a 1.700 dólares. Um empresário veio ter connosco a dizer que estávamos a estragar o negócio deles. Respondi que, a vender 400 dólares, tínhamos lucros. Porque é que venderíamos então a 1.700? Nós vendíamos muito bem. Mas

agora saiu uma lei que proíbe o tipo de postes que fabricamos, então fechámos a fábrica porque não temos clientes.

E os trabalhadores?

Passámos para as outras fábricas, apostámos essencialmente em trabalhadores angolanos. O chinês fica mais caro, você tem de tratar de bilhetes, arranjar casa, comida, o salário também é mais alto.

Todas as outras fábricas trabalham normalmente?

Todas estão a trabalhar.

Já exportam alguns produtos?

Sim, para o Congo. Móvel, sofá e bateria.

E como tem sido o processo de exportação?

Há alguns problemas, mas possíveis de resolver. No Congo, não há problemas de dólares, é possível transferir.

A mobília que fazem pode ser comparável às que muitos angolanos importam da China?

Não é igual. Primeiro porque os nossos trabalhadores não foram à escola, aprenderam connosco, é preciso tempo. Aqui também o salário é mais baixo. O trabalhador chinês custa mais caro. A qualidade não é

igual, mas o material é melhor que a mobília da China. Aqui é 100% madeira, boa madeira.

O empresário chinês é acusado de explorar o trabalhador angolano, que paga muito mal...

O que é pagar mal? É pagar salário baixo? A pessoa pode procurar uma empresa que paga melhor. O principal problema não pode ser o de pagar pouco, mas sim a pessoa estar empregada. Várias pessoas estão a passar fome, precisam de emprego. Quando as pessoas fazem este discurso, não sabem de nada, querem sujar o nome da China. Tenho certeza que muitas empresas que pagam bem, quando chega o dia de pagar o salário, não pagam. Nós não. Nem que eu tiver de vender a minha casa na China para pagar os salários, eu vendo. Esta é a cultura do chinês. O que é ser patrão? Porque é que alguém te chama patrão? Respeito. Ele trabalha e você paga-lhe. Se paga pouco ou muito, depende de cada pessoa. Por exemplo, você pode considerar pouco o que você ganha, mas este seu salário para a pessoa que trabalha no campo certamente será muito.

Nunca tiveram funcionários que saíram para trabalhar em outras empresas?

Difícilmente. Grande parte das pessoas saiu por roubo. De iniciativa própria não saem. Tivemos alguns casos, por exemplo, da fábrica de colchão em que as pessoas, depois de aprenderem, foram recrutadas por outras fábricas que aumentaram um pouco os salários. Tenho pessoas que trabalham comigo há 20 anos, chamam-me pai. Em qualquer país existem os bons patrões, os malandros e bandidos. Por isso, não podem generalizar, dizer que todos os empresários chineses são maus. Em Angola, há gatunos, mas não posso dizer o angolano é gatuno. Não, não.

Como olha para futuro de Angola?

O mais importante é que não haja confusão, os políticos não podem fazer confusão, devem abrir as portas de Angola, criar boas condições para os investidores estrangeiros porque Angola tem tudo, só faltam as pessoas para trabalhar. É muito importante apostar-se na educação. Na China, há um ditado que diz que “os pais devem apertar o cinto, comer pouco, para o filho estudar”. Quando o filho estuda, saberá como trabalhar.

Os empresários chineses têm medo da sexta-feira, há muitas operações, as pessoas são detidas e acabam por passar lá o final de semana.

Perfil

De 49 anos, Xi Ning é licenciado em Economia e trabalhou durante anos na indústria cinematográfica chinesa. Está em Angola desde 1999, iniciando a sua actividade empresarial no ramo do comércio. Gindungo, como também é conhecido, é presidente da associação geral de chineses residentes em Angola e entende que a classe jornalística “pode desempenhar um papel importante” para acabar com a incompreensão que ainda existe à volta da comunidade chinesa em Angola.



zäp EMPRESAS

LIGADOS AOS NEGÓCIOS

Ligue-se ao sucesso.

Optimize o seu negócio com a **ZAP Empresas**.

Garanta que a sua empresa está ligada a uma rede de **internet Fibra de alta qualidade** com as velocidades mais rápidas do mercado, com soluções de gestão SD-WAN e a **melhor oferta de canais de TV**.

Contacte-nos e saiba mais sobre os nossos serviços.



 Pequenas Empresas

 Médias
& Grandes Empresas

 Hotéis
& Hospedarias

APOIO AO CLIENTE +244 935 555 800 | suporte.comercial@zapempresas.co.ao

www.zapempresas.co.ao

Economia/Política



EMISSÃO DE EURO BONDS EM 2022

Angola arrisca-se a juros de dois dígitos

DÍVIDA. Governo garante que vai regressar aos Eurobonds no próximo ano, depois de ter falhado em 2020, face à crise, apesar de o Presidente já ter autorizado a emissão. Economista Precioso Domingos duvida que Angola consiga financiar-se com juros abaixo de dois dígitos.

Por Mateus Mateus

Se Angola avançar efectivamente com a emissão de Eurobonds, em 2022, dificilmente conseguirá uma taxa de juro de um dígito. Pelo menos é o que projecta o economista Precioso Domingos da Universidade Católica de Angola que, entretanto, reconhece uma situação económica “mais favorável” para o empréstimo.

“Tenho alguma dúvida que, nesta altura, Angola consiga financiar-se ainda abaixo de dois dígitos. Não obstante a actual conjuntura, pode vir daí uma taxa de pelo menos

10% e, se assim for, não será tão bom para a gestão da dívida, porque não é bom que se pague a dívida já vencida recorrendo a financiamentos cujas taxas de juros são superiores à taxa de juro pela qual nos financiámos aquando da solicitação daquela dívida”, argumenta.

A possibilidade de o país emitir Eurobonds no próximo ano, depois do recuo em 2020, foi avançada pela ministra das Finanças, Vera Daves, esta semana, num encontro com jornalistas em que se discutiram temas relacionados com o Orçamento Geral do Estado.

Por sua vez, o também economista Alves da Rocha diz compreender o “optimismo” do Ministério das Finanças em regressar ao mercado dos títulos da dívida soberana. “Se o Governo necessita destes empréstimos externos, tem reunidas as con-

dições, com o ranking melhorado, taxa de crescimento para 2022 previsto para 2,4%, diminuição significativa do rácio da dívida pública e com a assistência técnica do FMI que valida estas questões, acho ser legítimo a ministra das Finanças ter este optimismo”, considera Alves da Rocha.

Já Daniel Sapateiro, que prefere não adiantar números das taxas de juros por evitar fazer “futurismo”, entende ser “complicado” falar dos Eurobonds quando não se sabe dos valores a serem colocados à disposição, assim como a maturidade dos mesmos.

A concretizar-se a taxa estimada por Precioso Domingos, esta seria a mais alta desde a primeira emissão, em 2015. Na ocasião, Angola emitiu 1,5 mil milhões de dólares com uma taxa de 9,5%. Seguiu-se a

MEMORIZE

● **Angola** foi pela última vez ao mercado de dívida soberana, em 2018, emitindo 3 mil milhões de dólares em duas parcelas com taxas de 8% e 9,125%. Antes, emitiu Eurobonds em 2015 e em 2017; 1,5 e 3 mil milhões, respectivamente.

emissão de 3 mil milhões de dólares, em 2017, parcelada em 1,75 mil milhões de dólares com taxa de 8,25% e 1,25 mil milhões de dólares com taxa de 9,375%.

A última emissão aconteceu em 2018 e foi igualmente no valor de 3 mil milhões de dólares em duas parcelas, cujas taxas foram de 8% e 9,125%.

Em 2020, o Presidente da República autorizou a emissão de títulos de dívida soberana nos mercados internacionais sob forma de Eurobonds até ao montante de 3 mil milhões de dólares ou equivalente em outras moedas. Na ocasião, Alves da Rocha estimou ao *Valor Económico* que a taxa de juros rondaria entre os 14 e os 15%.

“O preço do petróleo está nos 30 e 31 dólares e, na melhor das hipóteses, até 2021, poderá chegar aos 50 ou 55 dólares. Portanto, quem subscrever esta emissão de Eurobonds terá de o fazer através de uma taxa de juros de entre 14 e 15%, o que vai implicar, evidentemente, um peso do serviço da dívida quer nas despesas fiscais, quer nas despesas correntes”, fundamentou na ocasião. No entanto, o Governo acabou por não ir aos mercados.

FACE AOS NÚMEROS DE 2019 E 2020

Custos de construção de casas triplicam em Luanda

IMOBILIÁRIO. Elevados preços dos materiais, documentação e mão-de-obra contribuem para o aumento “vertiginoso” do custo de construção. Poucos empresários do sector optam por construir e os que persistem afirmam lutar para não encerrar as portas.

75%

É o aumento médio do custo de construção das diferentes tipologias.

T3

T3 Custa mais de 50 milhões de kwanzas na Urbanização Boa Vida.



Cleber Corrêa,
vice-presidente
da Apima e
director-geral
da Proimoveis.



**Francisco
Silva,**
director-geral
da Jefran.



**Tomasz
Dowbor,**
PCA do Grupo
Boavida.

Por Guilherme Francisco

Os efeitos da pandemia e da crise económica conduziram ao “aumento significativo” dos custos de construção de moradias em 2021, segundo vários operadores do sector imobiliário que apontam, em alguns casos, subidas acima dos 300%, em comparação aos números dos dois anos anteriores.

Com impressões digitais em projectos imobiliários de médio e alto padrões, Tomasz Dowbor, do Grupo Boavida, explica que o aumento dos custos não se deve apenas à importação de produtos, mas também à subida dos materiais produzidos localmente. Segundo exemplifica, para construir uma casa de tipologia T3, com 150 m², gasta 35

milhões de kwanzas, o triplo do que gastava nos últimos dois anos. A mesma subida verifica-se nas tipologias T4, com 250 m², que alteraram para 50 milhões de kwanzas, e nas T5, com 500 m², que triplicaram para os 100 milhões de kwanzas. “Os custos triplicaram devido ao aumento radical dos materiais, tanto nacionais como importados, e continuam a subir conforme a desvalorização do kwanza”, lamenta.

A confirmar o aumento “vertiginoso” dos custos de construção, Francisco Silva, director-geral da Jefran, compara que as residências inacabadas de baixo padrão que exigiam entre 1 e 2 milhões de kwanzas, pelo menos entre 2019 e 2020, hoje reclamam entre 5 e 6 milhões de kwanzas. E mais 4 milhões se tiver de concluí-la contra os 2 a 3 milhões anteriores. E se Tomasz Dowbor prefere destacar o aumento dos custos dos materiais como decisivos para a alteração dos custos da

construção, Francisco Silva olha para os custos da mão-de-obra, dos terrenos e dos “documentos essenciais”, como as licenças de tapume e de construção, esta última que custa quase 1,5 milhões de kwanzas. “Nesta altura, construir não é rentável, continuamos porque é o que se sabe fazer, temos de continuar a lutar. Actualmente, construir é um acto de coragem e suicídio. As empresas constroem não para crescer, é só para manter, não despedir todos os funcionários e passar fome”, deplora.

Cleber Corrêa, vice-presidente da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (Apima), tem outros preços e estima um aumento médio de 75% no custo de construção das diferentes tipologias. Nos projectos identificados pelo responsável da Apima, a construção de residências de baixo padrão fica agora por entre 400 e 600 dólares o metro qua-

drado, números que sobem para entre 1.000 e 1.400 dólares, para o padrão médio. Já para os imóveis de alto padrão, o cliente desembolsa entre 2 mil e 3 mil dólares por cada metro quadrado.

ENTRETANTO, VENDAS ‘NIETE’

O aumento dos custos da construção não tem sido acompanhado pelas vendas que, entretanto, caíram “significativamente”, influenciadas pela queda do poder de compra. Se antes Cleber Corrêa, enquanto director da Proimoveis, vendia duas a três residências num fim-de-semana, este ano vendeu até agora apenas duas casas. Já Francisco Silva prefere não mais vender em prestações, optando pelo arrendamento dos imóveis.

“Ninguém, nesta altura, no sector imobiliário, consegue ter lucros de 50%”, atira, por sua vez, a empresária Judith Mateus, no

que é corroborada pelo CEO do Grupo Boa Vida. “Com menos poder de compra, a banca virou costas aos consumidores. Hoje, ter o crédito habitacional é quase impossível, quando possível, as taxas são extremamente altas, de tal forma que inviabiliza”, assinala Tomasz Dowbor, em cujos projectos o preço de comercialização do imóvel é praticamente o dobro do valor do custo de construção. Um T3, na Urbanização Boa Vida, por exemplo, é superior a 50 milhões de kwanzas.

A Apima garante, no entanto, não ter cruzado os braços para ver melhorias no sector. Pela segunda vez, apresentou este ano um conjunto de acções a 15 ministérios, com vista a fomentar a venda, através de financiamento de imóveis sociais. A mesma não mereceu qualquer resposta até ao momento. “São acções legislativas, financeiras e institucionais que pretendem criar um ambiente propício para que surjam condições para a população aceder ao imóvel social e assim criar um ambiente de negócios que faça crescer a economia e com isso dinamizar o parque industrial, reabilitar o tecido empresarial, promover a inclusão social e capacitação profissional. Uma espécie de plano Marshall de Angola”, propõe a Apima.

Economia/Política

ARRECADAÇÃO DE RECEITAS POR VIA DIGITAL

Portal do Munícipe em risco por falta de infra-estruturas

TRIBUTAÇÃO. Previsto no PDN 2018-2022, Portal do Munícipe (PM) pode encontrar barreiras na aplicação em várias localidades do interior por falta de infra-estruturas. Falta internet e energia eléctrica.

Por Júlio Gomes

A secretária de Estado das Finanças para o Orçamento e Investimentos Públicos, Aia-Eza da Silva, admite que a implementação do Portal do Munícipe (PM) pode representar "um grande desafio porque a internet ainda não chega a todo o país".

Num encontro com jornalistas, a governante indicou as vantagens da desconcentração das competências dos órgãos centrais para as administrações municipais e ressaltou o papel do Portal como resposta à autonomia no âmbito das autarquias locais.

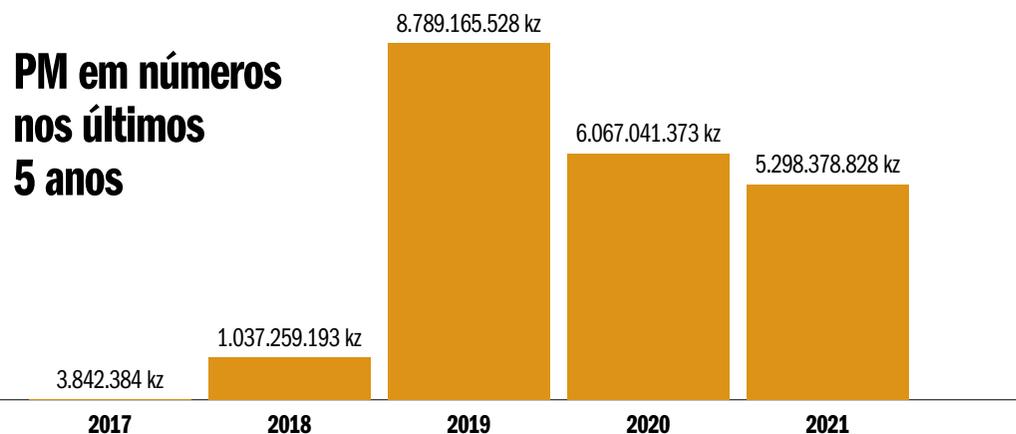
No entanto, lembrando que "o PM é uma ferramenta que depende da internet para funcionar", reconhece os desafios e lamenta que "a internet ainda não seja uma realidade em todo o país".

Além disso, Aia-Eza da Silva acrescenta os problemas da energia eléctrica nos municípios e comunas. No entanto, garante que o instrumento "está instalado em quase todas as 164 sedes municipais e em algumas comunais", porque "o objectivo é a disseminação das cobranças e a realização de despesas locais", por via do procedimento digital.

Mas, além do PM, "há também o Portal de Serviços para arrecadações a nível mais amplo", refe-



Aia-Eza da Silva, secretária de Estado das Finanças para o Orçamento e Investimentos Públicos



rindo-se "àquelas que ocorriam sem controlo e como eram gastos os recursos financeiros".

A governante exemplificou com o município de Viana, em Luanda, cuja administração passou "de uma arrecadação mínima para uma maior, porque o novo administrador dei-

xou que o Portal funcionasse". Por isso, entende que, "se todos os administradores assim o fizerem, os ganhos serão maiores no tratamento de assuntos locais".

"BASTA UM TELEMÓVEL"

No entanto, o Serviço de Tecnologia de Informação e Comunicação das

Finanças Públicas (Setic-FP) dramatiza qualquer embaraço no acesso à ferramenta, esclarecendo que "o importante é termos em mãos um telemóvel ou um computador para fazer o cadastramento" que, de seguida, indica outros passos a seguir em sede da circunscrição administrativa.

Este mesmo contacto também identifica 'makas' no conjunto de infra-estruturas básicas de apoio que, além da internet e energia eléctrica, abarca estradas de acesso aos municípios, comunas e aldeias.

Na sua opinião, o serviço "foi bem concebido, basta inserir 'municipal,minfin.gov.ao' para termos o acesso a 547 serviços, desde comerciais a administrativos, que comportam o Portal", lembrou o funcionário do Setic-FP. Contudo, volta a pôr em causa a eficácia de todo o processo numa altura em que "nos debatemos com sérias dificuldades de infra-estruturas no interior do país e com a pobreza".

Já o coordenador do Grupo Técnico para a Implementação do Regime Financeiro das Autarquias Locais, Ricardo Cavudissa, notou que o PM é também um instrumento que vem complementar a simplificação dos procedimentos administrativos. "O PM vai facilitar o projecto Simplifica, ou seja, com o Portal, será possível."

Além das receitas do PM, os municípios recebem 25 milhões de kwanzas por mês no âmbito do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza e, desde Outubro, as Finanças injectam mais 25 milhões de kwanzas anuais referentes ao Orçamento do Munícipe.

As receitas, em 2017, foram de 3,842 milhões kwanzas, subiram para mais de 8 mil milhões, em 2019, antes de baixarem, nestes últimos dois anos, por factores atribuídos à pandemia.

A MINISTRA DAS FINANÇAS, Vera Daves, revelou a intenção do governo aumentar o salário da função pública no próximo ano, acrescentando estar em curso um trabalho técnico para fazer os devidos acertos.



Mário Mujetes © VE

COM A CPLP

AGT discute futuro da justiça tributária

A Administração Geral Tributária (AGT) vai debater, em conferência com especialistas de Cabo-Verde, Portugal e Moçambique, soluções para a melhoria da justiça tributária no ordenamento jurídico angolano.

O evento, a ser realizado na quinta-feira, 18, no Anfiteatro do Ministério do Interior, em Luanda, vai analisar e avaliar os principais aspectos da justiça tributária angolana. A realização da conferência servirá também para a comemoração do sétimo aniversário da instituição.

A AGT assegura que estão criadas todas as condições para que o evento seja também transmitido nas principais plataformas virtuais da organização, para permitir que interessados acompanhem à distância.

A AGT é o órgão, superintendido pelo Ministério das Finanças, responsável pela arrecadação de receitas para o Estado e pelo controlo aduaneiro.



BUROCRACIA ATRASA INÍCIO DA OBRA AVALIADA EM 54,8 MILHÕES USD

Reabilitação da estrada Camama-Viana só em 2022

INFRA-ESTRUTURAS. Questões burocráticas estão na base do atraso de quatro meses da obra de reabilitação da estrada Camama-Viana. Fonte do Inea avança que os trabalhos só começam no princípio do próximo ano.

Por Guilherme Francisco

As obras de reabilitação da estrada Camama-Viana, com 6,8 quilómetros, avaliada em 54,8 milhões de dólares, só vão iniciar-se em Janeiro de 2022.

Fonte do Instituto Nacional de Estradas (Inea) disse ao **Valor Económico** que, na base do atraso, estão questões burocráticas nos ministérios das Obras Públicas e do Ordenamento do Território e das Finanças, além de entraves no Tribunal de Contas.

O grupo português MCA, ao qual foi entregue a obra através das sucursais M. Couto Alves Vias e M. Couto Alves Vias Cons-

6,8

Quilómetros, extensão total do troço cuja intervenção estará a cargo do grupo português MCA

trução, confirma que o atraso de quatro meses resulta de “processos de carácter administrativo e financeiro, inerentes à persecução do contrato”. No entanto, nega que o início das obras esteja para breve e refere que o processo ainda decorre nas “várias entidades” em conformidade com os regulamentos.

“Tão breve quanto os processos estejam concluídos, dar-se-á início à execução dos trabalhos”, assegura a empresa, demonstrando-se descansada com o argumento

1,2

Mil milhões de kwanzas, custo de reabilitação da primeira fase da obra em 2020

de que “a situação é similar” à de outros países.

A empreitada, num total de 6,8 quilómetros, foi autorizada por despacho presidencial n.º 91/21 de 11 de Junho. O valor da obra, 54,8 milhões de dólares, foi duramente contestado por vários especialistas e por cidadãos singulares que o consideraram muito superior ao da construção de auto-estradas noutras partes do mundo, em condições similares.

O grupo empresarial português foi responsável também pela exe-

cução da primeira fase de reabilitação da mesma via, em 2020, e recebeu mais de 1,2 mil milhões de kwanzas.

Segundo a imprensa portuguesa, o grupo está a ser investigado pela justiça lusa por suspeitas de envolvimento em práticas de corrupção com governantes angolanos, informações que, no entanto, o grupo alega não serem verdadeiras.

Além do contrato de reabilitação para a conclusão da estrada Camama-Viana, foi adjudicado ao grupo mais um contrato para a electrificação de 61 comunas com sistemas fotovoltaicos, aprovado também por João Lourenço no despacho 83/21. No ano passado, recebeu um outro contrato para instalação de painéis solares em sete localidades no valor de 539,717 milhões de euros, aprovados em despacho presidencial 19/20.

Mercados & Negócios



ENTRE FEVEREIRO E NOVEMBRO

Kwanza valorizou-se entre 7% e 11,6% face ao dólar

MERCADO CAMBIAL. Principais moedas estrangeiras no país quedaram ao longo do ano, face ao kwanza. Em alguns casos, moeda nacional ganhou terreno a roçar os 12%.

Por Pedro Nvakata

A moeda nacional recuperou entre 7% e 11,6%, face ao dólar, nos 24 bancos comerciais licenciados, desde a primeira semana de Fevereiro e a primeira de Novembro, de acordo com cálculos do Valor Económico com base aos relatórios do Banco Nacional de Angola.

O Banco Comercial do Huambo (BCH), com uma variação cambial a rondar os 11,6%, lidera a lista das instituições com o maior registo de valorização da moeda nacional.

Seguiu-se o Standard Bank Angola (SBA), com uma variação de 9,3%, e, posteriormente, o Standard Chartered Bank Angola (SCBA) e o Banco Angolano de Investimentos (BAI) com 8,8%. O Banco Millenium Atlântico (BMA),

com 8,5%, encerra o top cinco dos que mais registaram uma recuperação considerável do kwanza.

Por seu turno, o VTB África – (VTB), com 7,0%, Banco de Crédito do Sul (BCS), com 7,3%, Banco Yetu, com 7,5% e o Banco de Poupança e Crédito – (BPC), com 7,6%, surgem como as que menos impacto causaram na variação.

Quanto ao euro, o Banco Comércio e Indústria (BCI), com a variação cambial de 13,8%, surge como a mais alta. O Banco de Investimento Rural – (BIR), com 13,5%, Standard Chartered Bank Angola (SCBA), com 13,0%, surgem na linha intermédia. Standard Bank Angola (SBA), Finibanco Angola (FNB), ambas com 12,8%, fecham a lista das cinco instituições financeiras cujas variações estiveram em alta. Enquanto o Banco de Poupança e Crédito (BPC), Banco Económico (BE), com 11,1%, Banco de Crédito do Sul – (BCS), com 10,9%, o Banco Valor (BVB), com 10,3% e o Banco Yetu, com 9,5% surgem como as que menos apreciaram a moeda nacional face às principais moedas estrangeiras em circulação no país.

| Bancos | TAXA DE CÂMBIO DE FEVEREIRO À NOVEMBRO | | | | Variação | |
|--------------------------------------------------------|----------------------------------------|---------|---------|---------|----------|-------|
| | Dólar | Euro | Dólar | Euro | Dólar | Euro |
| Standard Bank Angola - (SBA) | 669,866 | 607,356 | 804,911 | 701,739 | 9,3% | 12,8% |
| Banco Comercial do Huambo - (BCH) | 688,792 | 608,940 | 810,566 | 712,773 | 11,6% | 12,1% |
| Standard Chartered Bank Angola - (SCBA) | 667,849 | 609,000 | 810,717 | 705,165 | 8,8% | 13,0% |
| Banco Comércio e Indústria - (BCI) | 666,531 | 611,227 | 823,539 | 709,492 | 8,3% | 13,8% |
| Banco de Fomento Angola - (BFA) | 666,205 | 608,720 | 800,978 | 703,832 | 8,4% | 12,1% |
| Banco Sol - (BSOL) | 665,550 | 610,430 | 808,360 | 712,840 | 8,3% | 12,0% |
| Banco Millenium Atlântico - (BMA) | 665,546 | 608,764 | 800,552 | 707,421 | 8,5% | 11,6% |
| Banco BAI Microfinanças - (BMF) | 665,546 | 611,824 | 804,457 | 720,011 | 8,1% | 10,5% |
| Banco Keve - (BKEVE) | 665,233 | 611,824 | 805,266 | 705,872 | 8,0% | 12,3% |
| Banco de Negócios Internacional - (BNI) | 664,584 | 611,824 | 799,030 | 709,313 | 7,9% | 11,2% |
| Banco Económico - (BE) | 664,584 | 611,925 | 799,030 | 710,527 | 7,9% | 11,1% |
| Banco BIC - (BIC) | 664,584 | 608,839 | 806,825 | 710,527 | 8,4% | 11,9% |
| Banco Angolano de Investimentos - (BAI) | 664,500 | 605,855 | 798,928 | 700,520 | 8,8% | 12,3% |
| Banco de Investimento Rural - (BIR) | 664,000 | 609,000 | 823,655 | 712,773 | 8,3% | 13,5% |
| Banco Prestígio - (BPG) | 664,000 | 608,000 | 807,223 | 707,275 | 8,4% | 12,4% |
| Banco Valor - (BVB) | 663,680 | 610,900 | 789,172 | 707,667 | 8,0% | 10,3% |
| Banco Caixa Angola - (BCGA) | 663,657 | 608,762 | 799,435 | 707,104 | 8,3% | 11,6% |
| Banco Comercial Angolano - (BCA) | 663,000 | 611,000 | 810,951 | 710,320 | 7,8% | 12,4% |
| Banco da China Limitada - Sucursal em Luanda - (BOCLB) | 661,343 | 609,410 | 796,647 | 707,583 | 7,9% | 11,2% |
| Banco de Poupança e Crédito - (BPC) | 660,370 | 610,000 | 800,942 | 712,128 | 7,6% | 11,1% |
| Banco de Crédito do Sul - (BCS) | 660,007 | 612,849 | 793,526 | 707,412 | 7,3% | 10,9% |
| VTB África - (VTB) | 658,101 | 611,824 | 805,266 | 707,421 | 7,0% | 12,2% |
| Finibanco Angola - (FNB) | 655,000 | 603,000 | 802,927 | 700,520 | 7,9% | 12,8% |
| Banco Yetu - (Yetu) | 654,859 | 605,855 | 788,836 | 714,323 | 7,5% | 9,5% |

2021 SEASON II
JETOUR CARNIVAL
MILLIONS OF GIFTS JUST FOR YOU

BLACK

FRIDAY

JETOUR
**X70
COUPE**

DESCONTO DE
**1.000.000
KWANZAS**



JETOUR
— Drive Your Future —

 [jetourAngola](#)

 [jetour angola](#)

 [jetour.angola](#)

 [www.jetourangola.ao](#)

DE JURE

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Formalizada acusação dos implicados no ‘caso Lussati’

A acusação dos mais de 20 arguidos, implicados no ‘caso Lussati’, entre militares e civis, acusados dos crimes de peculato e recebimento indevido de capitais, já foi formalizada pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Os arguidos e os advogados, de acordo com o porta-voz da PGR, Álvaro João, “foram já notificados da acusação e, após a observação de algum formalismo, o processo será remetido a juízo para efeito de julgamento”.

Os implicados, entre oficiais das Forças Armadas Angolanas (FAA) e civis, estão a ser acusados de crimes de peculato, recebimento indevido de capitais, branqueamento de capitais e associação criminosa.

Ligado à Casa de Segurança do Presidente da República e tido como o ‘cabeça’ do grupo, o major

Pedro Lussati está detido desde Junho deste ano, depois de ter sido encontrado na posse de milhões de dólares, euros e kwanzas guardados em viaturas, malas e caixotes. Dentre as várias apreensões, estão igualmente bens móveis e imóveis do oficial militar das FAA indiciado pelos crimes de peculato, retenção de moeda e associação criminosa.

Lussati foi detido no âmbito da ‘Operação Caranguejo’, o que terá concorrido, pouco depois, para a exoneração de vários oficiais ligados à Casa de Segurança do Presidente, arrolados neste processo.

Na sequência deste processo, o general Pedro Sebastião, então ministro de Estado de Chefe de Casa de Segurança do Presidente, foi exonerado por João Lourenço e, em substituição, nomeado o general Francisco Pereira Furtado.



PROPOSTA DO IOI

Provedores querem integrar ONU

A provedora de Justiça, Florbela Araújo, que também preside ao Conselho de Administração da Região da África do Instituto Internacional dos Provedores de Justiça (IOI, sigla inglesa para International Ombudsmans Institute) propôs ontem o apoio dos chefes das missões diplomáticas dos países que têm a figura do provedor de Justiça junto da ONU com vista à admissão daquela organização como membro observador nas Nações Unidas.

Florbela Araújo, que falava, pela primeira vez, na qualidade de directora para África do IOI, numa reunião desta organização, realizada via Zoom, propôs, igualmente, a inclusão do português e espanhol como línguas de trabalho do Instituto.

A provedora sugeriu que, em Maio do próximo ano, se realizasse uma reunião com o tema ‘O papel do provedor de Justiça na defesa dos cidadãos e as questões climáticas’.

RECENTEMENTE INAUGURADOS

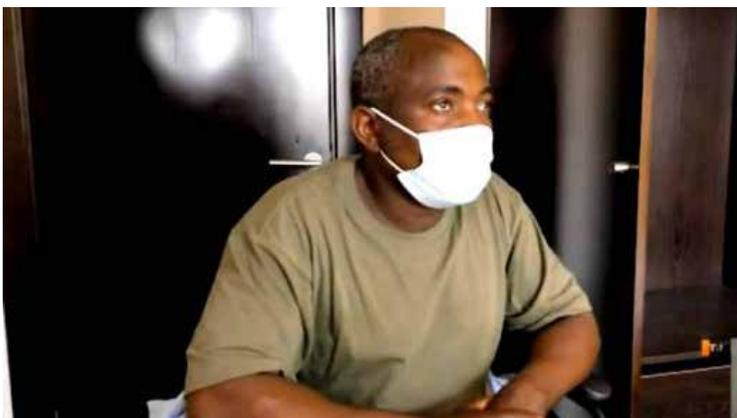
Tribunais já arrancaram com processos

Com vista a promover a celeridade na resolução dos casos e, por conseguinte, garantir a defesa dos direitos dos cidadãos, o recém-inaugurado Tribunal da Relação de Benguela já começou, nesta segunda-feira a dar tratamento aos vários processos.

A funcionar como instituição regional, o Tribunal, além de Benguela, vai atender casos do Cuanza-Sul, Bié e do Huambo, com 23 juizes especializados.

À semelhança dos Tribunal da ‘terra das acácias rubras’, ontem entrou, igualmente, em funcionamento o Tribunal da Relação da Huíla para atender a população local.

O Tribunal da Relação de Luanda, também recentemente inaugurado, vai precisar de 29 juizes como limite máximo; Benguela 19; Lubango 17 e igual número para Saurimo e Uíge.



Rádio Essencial

www.radioessencial.co.ao/

96.1 FM

QUANDO OS IMPOSTOS A BEBIDAS PROVOCAM REVOLUÇÕES

Revoltas de aguardente, rum e cerveja

TRIBUTAÇÃO. Está escrito na História: quando um governo tenta ganhar mais com a venda de bebidas alcoólicas dá-se mal. Ou quando se mete a fazer leis que mexam nas bebidas. Já houve revoltas e revoluções por causa da ideia de aumentar impostos. Rum, cerveja e cachaça até deram nomes a revoluções.

Por Emídio Fernando

CERVEJA REVOLUCIONÁRIA

Em Maio de 1844, o ideólogo e filósofo alemão, Friedrich Engels, um dos 'pais' do comunismo científico, aventurou-se pela reportagem jornalística, mas com grande pendor social. Reportou para o semanário inglês *The Northern Star* a revolução na Baviera por causa do imposto sobre a cerveja decretado pelo governo alemão. Foram quatro dias de luta, contestação, revoltas que o filósofo alemão descreveu como um "acto para repor a legalidade".

A descrição desses dias violentos até faz parte do espólio de Karl Marx que, com Friedrich Engels, desenhou a ideia económica e política do comunismo que resultou depois no marxismo-leninismo. Foi um Engels empolgado que escreveu a reportagem/opinião: "Os trabalhadores unidos em massa saíram em passeata pelas ruas, assaltando bares, partiram janelas, danificaram a mobília e destruíram tudo ao seu alcance, tudo para se vingar do aumento de preço da sua bebida favorita. O exército foi chamado, mas um regimento da guarda montada, quando convocada ao embate, recusou. A polícia, sendo considerada, em todos os lugares, malvista pelo povo, foi severamente agredida e maltratada pelos revoltosos; e cada estação ocupada antes por polícias, teve de ser ocupada por soldados que, ao estarem em melhores termos com o povo, eram considerados menos hostis e mostraram uma relutância evidente em interferir".

A revolta terminou quatro dias depois, mas ficou como um exemplo para outras situações semelhantes. O governo foi obrigado a recuar, baixou o preço da cerveja e do imposto. Engels concluiu: "se o povo agora sabe que eles podem amedrontar o governo nos assuntos fiscais, eles logo aprenderão que será fácil amedrontá-los em assuntos mais sérios".

RUM IMPERIAL

A importância do rum tem um relevo na História Mundial que ainda hoje se faz sentir. Em 1764, o Império Britânico impôs a Lei do Açúcar que ficou conhecida como a Lei da Receita Americana. Só pelo nome, percebe-se que a ideia era arranjar mais dinheiro para o Estado. O preço do açúcar subiu e automaticamente subiram os preços das bebidas, em especial, as chamadas espirituosas. E, entre elas, estava o rum.

Nessa altura, a produção de rum representava uma das maiores indústrias das colónias britânicas que até rivalizava com a pirataria. Estimava-se que o consumo individual do rum, nas colónias americanas, em especial, nas 13 colónias, que iriam formar os Estados Unidos da América (EUA), ultrapassava, em média, os três litros por dia. A Lei do Açúcar viria assim atingir duramente a economia desses locais e isso já era insustentável para quem começava a defender ideias anti-coloniais.

Os colonizados britânicos, com realce para as Índias Ocidentais,



já sofriam com a Lei do Selo, que não era mais do que uma carga fiscal, parecida com o IVA angolano.

O imposto sobre o açúcar, visto como prejudicial para a indústria do rum, acelerou a vontade pelas independências. A 4 de Julho de 1776, foi proclamada a Declaração da Independência de 13 estados unidos do que são os EUA.

Mas os dissabores provocados pelo rum não terminam aqui. Mesmo com a experiência mal sucedida na América do Norte, o australiano William Bligh 'meteu-se' com o rum. Teve a 'brilhante' ideia, em 1806, de proibir a bebida tradicional "como meio de troca económica". Ou seja, como governador de Nova Gales do Sul, impediu a sua comercialização e circulação.

Foi o suficiente para merecer uma intervenção militar do Corpo de Nova Gales do Sul. O 'Corps', como

era conhecido, prendeu o governador e conservou-o na prisão por quatro anos. William Bligh foi substituído pelo governador Lachlan Macquarie, mais amigo das bebidas alcoólicas.

A DOCE CACHAÇA

Pelos vistos, estas decisões foram tomadas sem terem em conta experiências traumáticas, como a do Brasil, por exemplo. Quando Portugal, em 1647, decidiu proteger ainda mais o seu monopólio, uma das medidas foi expulsar os holandeses que viviam em terras brasileiras. Só que eram estes precisamente que consumiam açúcar. A alternativa, para os portugueses, foi encontrada com a produção em grande escala de aguardente. Foram construídos alambiques e aumentou o tráfico de escravos, vindos de Angola, para os transportar.

Mas uma lei de 1649 determinava

a proibição de se produzir aguardente. Na prática, a produção de aguardente, ou melhor da cachaça, passou a ser ilícita, proporcionando negócios ilegais durante dois anos.

Em alternativa, o governo brasileiro exigia o pagamento de taxas elevadas, a quem quisesse produzir.

A exceção era o Rio de Janeiro, governado por Salvador Corrêa de Sá, um militar promovido em Angola desde que ganhou a batalha contra os holandeses. No entanto, nos anos que passou por terras angolanas, ajudou a promover o negócio de escravos, cuja rentabilidade dependia do sucesso da cachaça.

Situação bem diferente era vivida na Baía de Guanabara, que albergava ainda Niterói. Fazendeiros, agastados com a perda de dinheiro por causa da baixa da cachaça, revoltaram-se. A 8 de Novembro de 1660, mais de 110 fazendeiros cercaram a baía e exigiram o fim da cobrança das taxas e a respectiva devolução de receitas.

O movimento chegou ao Rio de Janeiro, mas foi ali que quebrou, terminando aquela que ficou conhecida pela Revolta da Cachaça

A capital brasileira – ainda não havia Brasília – ficou cercada, mas os revoltosos não contavam com o efeito-surpresa. A frota da Companhia de Comércio já os aguardava, enquanto as tropas do governador acabavam com a revolta.

Os líderes da rebelião foram presos e um deles, o cabecilha Jerônimo Barbalho, chegou a ser condenado à morte por decapitação. A cabeça cortada foi posta numa praça do Rio de Janeiro, como forma de aviso a quem ousasse querer repetir uma façanha idêntica. Os restantes fazendeiros foram atirados para as prisões na metrópole. E assim terminou a Revolta da Cachaça, ou, como também ficou conhecida, a Revolta do Barbalho, ou a Bernarda. Tudo por causa dos impostos à cachaça. Em todo o Brasil, a proibição de produzir cachaça ainda prevaleceu até 1695.

(In)formalizando

DIZEM-SE EXCLUÍDOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Sapateiros clamam por apoio e inclusão social

OFÍCIOS. É considerada das mais antigas profissões do mundo. E, no país, apesar de muitos acreditarem que está em via de extinção, os sapateiros garantem ser impossível viver-se sem o seu ofício, ao mesmo tempo que clamam por inclusão e por apoios do Estado.



Por Mateus Mateus

O conserto artesanal de sapatos, sandálias, chinelos, botas e outros calçados mantém-se vivo nos centros urbanos do país, incluindo na capital, apesar da sofisticação do ofício que se vem verificando há vários anos.

Mas, à semelhança da generalidade dos ofícios, os sapateiros clamam também por apoios das autoridades, de modo a que se sintam incluídos em programas governamentais, além da possibilidade de acederem a créditos bancários.

Banda Júlia, também conhecido por Mestre Cláudio, trabalha por conta própria na Vila de Viana, em Luanda, há 15 anos. E, com cálculos apressados, conclui que factura entre 4 mil e 6 mil kwanzas por dia,

com a renda a mensal a variar entre os 80 e os 130 mil kwanzas. Mestre Cláudio exigiu, entretanto, mais a si próprio e aperfeiçoou os conhecimentos que lhe permitem, além de consertar, fabricar quase todo o tipo de calçados. Mas a falta de material obriga-o, por enquanto, a limitar-se nos consertos, daí que não perde tempo a exigir a intervenção do Governo. “Precisamos que olhem para este sector para termos apoios e créditos que nos permitam adquirir equipamentos para melhorarmos as nossas condições de trabalho.”

Enoque Lubambo é sapateiro há dois anos. Recorreu à sapataria aprendendo com o irmão depois de ter perdido o emprego na Agrolider, e diz que consegue sobreviver do trabalho, embora lamente a falta de material. “Dá para viver deste trabalho, mas, por falta tintas, colas e outros, temos recusado muitos trabalhos. Ficou difícil por causa da pandemia, porque o material que vinha da China já não vem

MEMORIZE

● **O trabalho** do sapateiro remonta à antiguidade e foi reconhecido como profissão na Inglaterra, em 1305, “quando o rei Eduardo I estabeleceu medidas uniformizadas e padronizadas para a produção de sapatos”. O ofício surgiu quando o homem percebeu a necessidade de proteger os pés.

e o pouco que aparece no mercado do Kikolo é muito caro”, conta.

Pelas contas de Lubambo, foi na fase de confinamento que mais faturaram, com saldos médios de 10 mil kwanzas por dia. “Estávamos aqui todos os dias e as pessoas, como não saíam de casa, conseguiram dar conta dos calçados que tinham problemas e traziam para nós”, explica.

Já Manuel Nunes, de 54 anos, militar desmobilizado, aprendeu a

sapataria com o avô, carregando já cinco anos de experiência. Declara que consegue pagar as contas com o dinheiro que ganha e, assim como os outros, confirma que o rendimento varia em função do fluxo de clientes.

EM VIA DE EXTINÇÃO

Há especulações de que, com os avanços das sociedades, a profissão de sapateiro possa deixar de existir algum dia, mas os profissionais da área contestam essa “teoria da conspiração”. Apesar de reconhecerem que muitos calçados hoje não podem ser reparados “porque estão a ser feitos com materiais muito frágeis”, estão seguros em como é “impossível” a extinção do ofício.

Mestre Cláudio lembra, por exemplo, que muita gente cria afeição pelos calçados, o que as obriga a recorrer sempre aos sapateiros para os renovarem, pelo que não lhe restam dúvidas de que “haverá sempre pessoas a procurar pelos serviços

dos sapateiros”.

Mas estes profissionais, segundo garantem, não estão alheios aos desafios do futuro, por isso vão diversificando o ofício para o conserto e confecção de outros produtos como bolsas, chinelos e cintos.

SEM PROTECÇÃO LEGAL

Apesar de ser uma actividade antiga, muitos destes profissionais não estão inseridos no sistema financeiro nem estão inscritos no Instituto Nacional de Segurança Social. No entanto, uma fonte da Segurança Social recorda que qualquer profissional da área pode ser enquadrado, desde que se estabeleça como contribuinte, registando o seu espaço na AGT, e, de seguida, no INSS.

A fonte garante que o instituto tem levado cabo campanhas de sensibilização de pequenos comerciantes para a sua inserção no sistema a fim de garantirem as suas pensões. No entanto, do lado dos profissionais, há reclamações de que estas campanhas não lhes chegam.

Taça Cheia

96.1 fm

Rádio Essencial

Todos
os sábados,
às 19:00,
com
**Sebastião
Vemba**

Opiniões

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

A semana que passou foi mais uma de celebração da Dipanda e já se vai tornando hábito a actualidade ser marcada por manifestações um pouco por todo o país, sobretudo marcada pela repressão policial a essas manifestações, que leva invariavelmente a detenções arbitrárias, à violência policial e, no ano passado, até à morte. A vida do jovem Inocêncio de Matos foi tirada numa manifestação a que tinha direito consagrado, e tirada por autoridades encarregadas pela segurança do público como ele. E, um ano mais tarde, a impunidade sobre esse crime que mutilou certamente aquela família que poderia ser a de qualquer um de nós, é total, assim como é a impunidade sobre as mortes que aconteceram em Cafunfo e para as quais não se conhecem responsabilizações sérias num desrespeito exibicionista quanto a direitos humanos básicos. 46 anos de Independência e a nossa democracia continua a não ter esses direitos à expressão e à liberdade de manifestação, consagrados na prática fora do papel. Mas 46 anos de Independência traduzidos numa democracia infantil quanto a direitos humanos revelam-se de diferentes formas conexas. Revela-se na falta de qualidade de vida dos cidadãos, na falta de perspectivas socioeconómicas, na falta de resiliência do tecido empresarial nacional que o Governo inadvertidamente parece incentivar com as intrusões constantes no espaço que deveria ser do empreendedorismo privado. Olhando para os indicadores de desenvolvimento socioeconómico, é fácil encontrar áreas em que a infantilidade

S.O.S. ANGOLA SUL
De juntos para juntos

Cáritas de Angola
Serviço Social da Igreja Católica

URGENTE
JUNTOS PELO SUL DE ANGOLA
#S.O.S.ANGOLASUL

BANCO BIC SA
AGENCIA MORRO BENTO II
SWIF CODE, BCCBAOLU

IBAN A006 0051 0000 4286 2462 3224 2
CONTA 04286246232002
CARITAS DE ANGOLA, AV 21 DE JANEIRO,
BAIRRO ROCHA PINTO, ANGOLA

PONTO DE ENTREGAS DE DONATIVOS (BENS ALIMENTARES)
Em Luanda
I- Em Talatona: Mirantes Travessa 4, n.º 8, Junto ao largo da Zap TV
II- Rua Marien Ngouabi n.º 1 distrito urbano da Malanga
III- Paróquia de Nossa Senhora de Fátima (São Domingos)

No Lubango
I- Paróquia de Nossa Senhora das Dores (Missão)

Contactos telefónicos: +244 933 098 903/+244 998 632 631

é manifesta. O acesso à energia e água, o acesso à educação e saúde de qualidade são alguns. A partidarização das instituições como a polícia como os tribunais... São infantilidades que levam a perguntar quantos anos mais serão necessários para que Angola alcance o potencial que anda há décadas a prometer por conta de tanto recurso natural que tem.

Talvez a pergunta “quantos anos mais serão precisos?” – seja

indicada para colocar ao partido no poder nesses 46 anos e que continua assertivo a reciclar promessas e programas (aliás, o único tipo de reciclagem que parece corrente no país é a reciclagem de promessas e programas de governo). O partido que continua a afirmar que o MPLA é o povo e a única solução viável de governação para o país. Mas e agora pergunto eu, se o MPLA é a única solução de governação

como diz ser, o que é que isso mostra sobre a democracia que temos 46 anos de subdesenvolvimento depois? E, mais concretamente, o que é que essa falta de alternativas dirá sobre os recursos públicos que são despejados em esforços pagos, em estratégias dispendiosas, para garantir que assim seja, que o partido no poder se mantenha sem oposição séria?

Quando ouvimos “a oposição é desorganizada” como argumento

de manutenção do poder é possível deixar de sentir a falta de melhores argumentos assentes em décadas de governação efectiva?

Certamente a oposição tem quota-parte da responsabilidade desta infantilidade democrática. Quanto mais não seja pelo comodismo com o status quo que leva à anormalidade de um contexto em que um partido captura inteiramente um Estado quase meio século (apesar de se professar democrata), e de, não satisfeito, se posicionar para mais um século que há de vir. Esse comodismo da oposição é expresso também na facilidade com que o partido no poder consegue minar a união ou pelo menos a imagem de união entre a oposição e interferir na vida interna do partido alheio.

Vimos o episódio da ‘maça’ em que um pobre ex-militante da Unita teve espaço nobre na televisão pública para expor a sua preocupação com a aquisição do que dizia indignado ser “uma maça” pelo líder do seu partido, e na semana que passou, depois de o poder decidir quem deve ser o presidente do partido (o tal que espera que venha para ficar), as dúvidas sobre a unidade dentro do ‘galo negro’ voltaram a marcar a actualidade e a entristecer uma parte do eleitorado mais esperançosa na mensagem de alternância.

E entristeceram porque, mesmo que não seja totalmente verdadeira a dita desunião no seio do maior partido da oposição, o que é possível porque quem controla os fóruns públicos é o poder, certamente faltou força à oposição para dirimir essas dúvidas plantadas pelo poder.

Se é evidente que o partido no poder faz todos os malabarismos possíveis para tirar o foco de si mesmo, que pouco tem para oferecer que não seja promessas recicladas, faz tudo para que o foco da opinião pública esteja na desorganização real ou fabricada no seio da Unita, é evidente que um partido que quer ser alternativa tem de ter condições de esclarecer essas dúvidas atempada e cabalmente.

A responsabilidade é grande.

É que este eleitorado já tem dúvidas suficientes para gerir, quanto ao seu dia-a-dia, quanto à sua própria sobrevivência e futuro, e não merece ser obrigado a ter mais.

No mercado angolano, tem-se verificado que a maioria das organizações, apesar de estar sensível para as principais vulnerabilidades de cibersegurança, ainda não têm implementados mecanismos de controlo robustos.



Cibersegurança nas organizações em Angola



Frederico Fragoso,
Senior Audit
EY Assurance
Services

No mercado angolano, tem-se verificado que a maioria das organizações, apesar de estar sensível para as principais vulnerabilidades de cibersegurança, ainda não têm implementados mecanismos de controlo robustos de mitigação dos diversos riscos cibernéticos.

Actualmente, as organizações têm elevado volume de dados financeiros e de negócio (fornecedores, clientes, parceiros de negócios e outros) disponíveis nos seus sistemas de Tec-

nologias de Informação (TI), que se encontram, muitas vezes, vulneráveis e expostos a diversos riscos cibernéticos.

No mercado angolano, tem-se verificado que a maioria das organizações, apesar de estar sensível para as principais vulnerabilidades de cibersegurança, ainda não têm implementados mecanismos de controlo robustos de mitigação dos diversos riscos cibernéticos. Esta situação deve ser encarada pela Gestão Executiva como uma preocupação transversal a toda a organização e não somente das Direcções de Sistemas de Informação, visto que os riscos cibernéticos, tal como outros, representam uma ameaça que, no limite, pode colocar em causa a viabilidade da organização, incluindo distorção relevante das demonstrações financeiras.

Nesta óptica, a EY Angola considera fundamental incor-

porar no seu processo de auditoria financeira, nomeadamente nos clientes com maior nível de exposição, a avaliação de maturidade de cibersegurança com o objectivo de avaliar a sua exposição aos riscos e ameaças cibernéticas, a maturidade dos mecanismos de gestão de risco implementados pela Gestão, e, em caso de ataques cibernéticos, analisar os principais impactos (ex: perda de dados e indisponibilidade de sistemas críticos do negócio) e como este foi remediado e comunicado às entidades relevantes.

Com base na nossa experiência, destacamos os cinco principais pontos de melhoria que as organizações em Angola devem implementar:

- (i) elaborar políticas de segurança de informação e de cibersegurança;
- (ii) contemplar os riscos cibernéticos na gestão de riscos da organização;

- (iii) criar um comité cibersegurança;
- (iv) elaborar programas de sensibilização, acções de consciencialização e realizar formações de temas relacionados com cibersegurança periodicamente; e
- (v) implementar ferramentas de detecção de ameaças e vulnerabilidades.

Apesar de actualmente a maioria das organizações angolanas não apresentar um nível de maturidade de cibersegurança robusto comparativamente a outras geografias, denotamos uma preocupação crescente por parte das Gestões Executivas para esta temática. A capacidade de tradução de “preocupação” em “acção” será factor crítico para que as organizações angolanas alcancem um nível de maturidade na gestão dos riscos cibernéticos alinhado com as práticas de referência internacionais.

Economia 100 Makas

Por que o kwanza ficou esperto? Perguntem ao BNA

Autoridade cambial está a ajudar à valorização da moeda nacional (impondo limites às taxas oferecidas pelos bancos). Intervenção parece-me ditada mais por razões políticas do que económicas. A inflação é o principal problema do Governo em véspera de eleições e o banco central parece querer dar uma ajuda para o seu controlo.



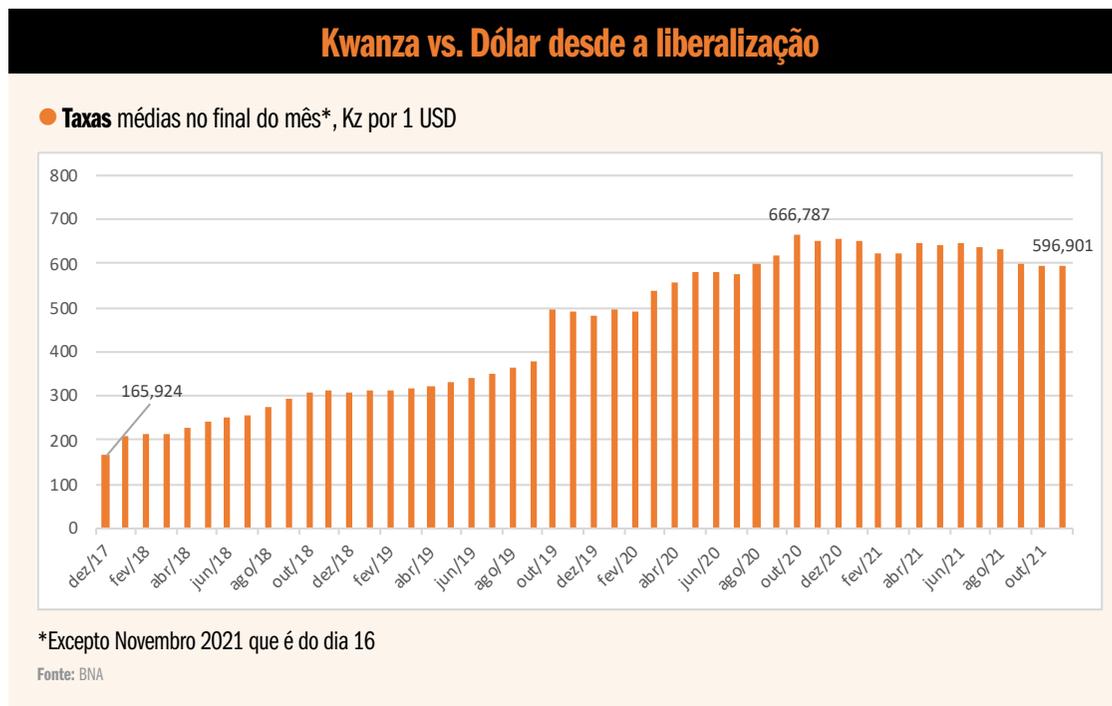
Carlos Rosado de Carvalho, jornalista e professor de Economia

O kwanza apreciou-se 11,7% em Outubro face ao mesmo mês de 2020 e 9,2% nos primeiros dez meses do ano, o melhor desempenho desde o início da liberalização cambial considerando as taxas de câmbio do final do mês. Nada que surpreenda o governador do Banco Nacional de Angola (BNA). A taxa de câmbio do kwanza encontrou o seu “equilíbrio” num mercado “normalizado” na sequência da liberalização iniciada em Janeiro de 2018. Com as operações “em dia” e as “reservas a crescer”, é “natural” que haja uma apreciação da taxa de câmbio, justificou José de Lima Massano em várias ocasiões.

Eu concordo no essencial com o governador. E a lei da procura e da oferta também parece dar-lhe razão.

Comecemos pela procura. A forte desvalorização do kwanza (72,2% comparando o final de Outubro de 2021 a Dezembro de 2017, antes da liberalização) reduziu por si só a procura de dólares. Os mesmos kwanzas compram agora menos dólares.

As cinco recessões consecutivas entre de 2016 e 2020 reduziram a actividade das empresas e, com a actividade reduzida, as empresas precisam de menos dólares. As limitações às importações no âmbito das políticas proteccionistas do PRO-DESI reduziram ainda mais a procura das notas verdes pelas firmas.



As cinco recessões consecutivas comeram os rendimentos das famílias que passaram a viajar menos e cortaram nas ajudas a familiares no exterior do País.

A política monetária restritiva do BNA retirou kwanzas do mercado e, com menos kwanzas no mercado, compram-se menos dólares.

Quanto à oferta, depois de ter caído significativamente com a descida do petróleo, agora faz o caminho inverso já que o petróleo recuperou para máximos de três anos.

Com menor procura e maior oferta, os preços descem, diz a lei da oferta da procura. É precisamente o que está a acontecer com o dólar seja no mercado oficial, seja nas kinguilas. Dizer que o dólar está a descer é o mesmo que dizer que o kwanza está a subir.

Mas no mercado cambial, a determinação da taxa de câmbio tem outras nuances. Uma das teorias

mais populares sobre a determinação da taxa de câmbio é a da paridade do poder de compra, que diz que a variação das taxas de câmbio deve ser igual, mas de sinal contrário ao diferencial das taxas de inflação. Tomemos as taxas de inflação previstas pelo FMI para Angola e os EUA 14,9% e 3,4%, respectivamente, o que dá um diferencial de 11,5 pontos percentuais. Com base nestas previsões, o kwanza deve depreciar 11,5% face ao dólar.

De acordo com esta teoria, enquanto a inflação em Angola se mantiver muito acima da dos EUA, o kwanza continuará a depreciar-se face ao USD.

Por isso, a valorização recente do kwanza está a gerar algumas dúvidas no mercado e todas as pistas vão dar ao BNA, que estará a intervir administrativamente no mercado cambial, impondo limites às taxas de câmbio de compra

que os bancos oferecem na plataforma da Bloomberg.

Segundo as minhas fontes, a intervenção do BNA começou no início do ano com telefonemas da autoridade cambial para os bancos, “recomendendo-lhes” que, nas operações de compra de divisas na plataforma da Bloomberg onde agora são feitas as transacções cambiais no mercado primário, não oferecessem taxas superiores à taxa média de compra BGN. Em Abril, a recomendação aos bancos foi reforçada através de um e-mail, lembrando-lhes que não podiam fazer lances de compra acima da taxa média de compra BGN e não à taxa média de compra e venda, como alguns bancos estavam a fazer.

“Aproveitamos para lembrar que, nas operações de compra de divisas na plataforma FXGO, os lances de compra dos bancos comerciais devem estar limitados

à taxa de compra BGN e não à taxa média BGN como vem ainda ocorrendo em alguns casos”, lê-se num e-mail enviado pelo BNA aos bancos no dia 21 de Abril de 2021, ao qual tive acesso.

A evolução cronológica do kwanza está em linha com as “recomendações” do BNA aos bancos. A moeda nacional começou o ano em alta, com apreciações em Janeiro e Fevereiro, na sequência dos telefonemas do BNA aos bancos, mas perdeu folego em Março e Abril. Estabilizou em Maio e Junho, após o “lembrete” do BNA e voltou a apreciar em Julho e Agosto, disparou em Setembro e estabilizou em Outubro.

Fontes do BNA confirmam a recomendação aos bancos, mas garantem que foi “pontual” num momento em que alguns bancos compravam moeda ao sector petrolífero e revendiam a taxas especulativas a bancos que não tinham acesso à plataforma. Pontual ou não, a verdade é que a intervenção administrativa do BNA limitando as taxas de compra na plataforma Bloomberg contraria o discurso da liberalização do mercado. A haver intervenções, estas deviam ser comprando e vendendo moeda estrangeira e não limitando as taxas.

Ao forçar a valorização do kwanza, o BNA estará a usar a política cambial para controlar a inflação. Mas, ao fazê-lo administrativamente, põe em causa a credibilidade da sua política cambial.

A intervenção do BNA no mercado cambial parece-me ditada mais por razões políticas do que económicas. A inflação e a consequente perda de poder de compra dos angolanos são o principal problema do Governo em véspera de eleições e o banco central parece querer dar uma ajuda.



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos [Ver tudo](#)



Governo reduziu para a metade imposto sobre as embarcações

O tema mais comentado da semana na página do Facebook online do Valor Económico foi o da redução de até 50% dos impostos sobre embarcações e aeronaves. A página registou perto de 10 mil interações, e de 65 mil internautas alcançados.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico. Gralhas e discussões pessoais são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Kindala Mangarras
A competência do incompetente



José Augusto Sá
Acho interessante. Para rico baixa imposto. Para pobre tudo sobe!



Oliver S Imhotep
Mas o governo não sabe que um sistema fiscal rígido promove fuga ao fisco???



António Coelho
Uma esquebra para os amigos MARIMBONDOS! Num País com milhões de pobres... essa medida é um INSULTO! Num partido como o MPLA que se diz socialista, ainda mais grave!



Toy Lourenço
De tanto desespero a vossa incompetência é cada vez mais demonstrada.



Roberto Silva
Eles mesmos é que são os donos de tais artefactos



Gerson Martins Luís
Incrível crer na competência, habilidades e aptidões dessa gente que supostamente, anda à frente da equipe económica e seu chefe de executivo, pha! As mudanças são estudadas e representam em dois aspectos: Mudanças Emergentes e Planificadas. As autarquias fazem no gradualismo, pois exige toda procedência para não inverter o normal do país (blá, blá, blá, blá) Mas, sobre os impostos fazem-nos sem gradualismo para entender o comportamento da economia e seus agentes, onde arrogantemente, impõe todo tipo de safadezas de políticas fiscais, sem que se entregam ao menos a universidade pública, o direito de trazer um trabalho aturado sobre essas matérias, abces de suas aplicações, onde se poderia analisar os resultados de pesquisa e suas recomendações para que o executivo falhado e teimoso, não viessem cá, com metodologia infantil do desespero, mudando os papéis, somente por causa da pressão eleitoral.... Portanto, mostra que estão mudando a política fiscal, apenas por causa das eleições e impopularidade do candidato no poder, e não compreender a ciência económica, adaptando a nossa realidade...



Wilson Dagueva
Estão aflitos, as eleições são no próximo ano portanto estão já a simular a boa governação



Santos Ngola Muculo
Os ricos sempre a serem protegidos, quando a lei diz que é igual para todos... Os navios, aviões e barcos dos pobres, também merecem



Cláudio Andrade Andrade
Esqueceste que este Governo não tem políticas próprias viradas para a nossa realidade. Dependem muito de imitações de realidades e economias totalmente diferentes da nossa. Como consequências são estas políticas falhadas. Empresária Filomena já dizia que estes jovens da AGT. Não ouvem são surdos. Grande erro porque muitos destes Países já têm uma economia muito consolidada e com fundos de emergências bem definidos, bem como segurança social à disposição da população quando for preciso.



Oliver S Imhotep
Cláudio Andrade Andrade
O problema é que a juventude contratada para ajudar, 80% formaram-se fora, assim, tudo que fazem têm como ponto de referência, ocidente.



Amospedro Dito
Deviam baixar também a taxa de circulação. Não se admite condições de estradas e pagar a taxa de circulação...



Lock Down
Governo desgovernado



Jorge Zua
Beneficia quem?

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7

Covid-19

PARA NÃO VACINADOS

Áustria institui confinamento nacional

O governo austríaco instituiu um confinamento nacional para quem não está vacinado contra a covid-19 com o objectivo de abrandar a propagação do novo coronavírus no país.

Segundo agência de notícias americana AP, a medida proíbe os não vacinados maiores de 12 anos de saírem de casa, excepto para

trabalhar, fazer compras, dar um passeio ou para serem vacinados.

Nas últimas semanas, a Áustria tem registado um aumento de casos de infecção pelo novo coronavírus. “É nosso dever como governo proteger o povo”, explicou o chanceler austríaco, em declarações aos jornalistas. A AP explica que as autoridades austríacas receiam que os

hospitais já não sejam capazes de lidar com o aumento de doentes com Covid-19.

A medida anunciada vai afectar cerca de 2 milhões de pessoas, em cerca de 8,9 milhões de habitantes, e vai vigorar por 10 dias, tendo sido pedido à polícia vigilância para ter a certeza que quem anda na rua está vacinado.



...e começa a vacinar crianças



Viena vai começar a vacinar as crianças entre os cinco e os onze anos contra a covid-19.

Duas centenas de crianças vão começar a receber vacinas contra a covid-19 na próxima semana, como parte de um projeto-piloto.

A imprensa austríaca noticiou que cerca de 200 crianças, entre os cinco e os 11 anos de idade, podem receber doses da vacina Pfizer/BioNTech na capital austríaca. O projeto-piloto é limitado apenas a Viena e não se aplica ao resto do país.

Enquanto nos Estados Unidos ou Israel as crianças desta faixa etária já podem ser oficialmente vacinadas contra a covid-19, a Agência Europeia de Medicamentos, que regula a aprovação na União Europeia (UE), ainda não deu autorização para a vacinação de crianças com menos de 12 anos de idade.

O regulador de medicamentos da UE disse, no início desta semana, ter começado a avaliar se deveria autorizar a vacina da Moderna para crianças dos cinco aos 11 anos e que desde o mês passado tem vindo a avaliar a vacina feita pela Pfizer-BioNTech para a utilização no mesmo grupo etário.



DEVIDO AO AUMENTO DE CASOS

Alemanha prepara regresso do teletrabalho

A Alemanha está a preparar o regresso ao teletrabalho depois de o ter levantado em Julho deste ano. A reintrodução do trabalho no domicílio surge na sequência do aumento dos números de novos casos diários e de mortes, desde meados de Outubro.

Com 289 casos por 100 mil pessoas, a taxa de contágios atingiu um novo recorde no país, segundo o Instituto de Saúde Robert Koch (RKI na sigla em alemão).

“A vaga que aí vem vai eclipsar todas as vagas anteriores”, declarou ao jornal alemão Bild o primeiro-ministro do Estado Federal da Saxónia, Michael Kretschmer, onde se concentram as taxas mais elevadas.

Segundo o projecto de lei consultado pela AFP, os empregadores alemães serão obrigados a oferecer a possibilidade de teletrabalho, excepto quando exista uma “razão imperiosa” de ir ao local de trabalho.

Todas as pessoas que se deslocarem aos locais de trabalho serão “convidadas a provar que estão vacinadas ou a apresentar um teste negativo ao vírus”, indica o documento.

O Governo alemão também está a ponderar limitar o acesso a certos eventos apenas a pessoas vacinadas ou que recuperaram da doença, segundo os ‘media’ alemães. Alemanha, país mais populoso da Europa está com uma taxa de vacinação de 67%.

A DIRECTORA NACIONAL de Saúde Pública, Helga Freitas, garantiu, esta segunda-feira, que o país tem vacinas suficientes para toda a população elegível e para reforçar a imunidade nos idosos no âmbito do combate à covid-19.

PARA 84 PAÍSES

Marrocos reforça restrições

O governo marroquino reforçou as restrições impostas aos viajantes provenientes de 84 países devido ao aumento de casos de covid-19 na Europa.

De acordo com o Comité Interministerial de Acompanhamento da Covid, os passageiros de 84 países são obrigados a apresentar certificado de vacinação e teste PCR negativo, e à chegada a Marrocos serão submetidos a um duplo controlo com câmaras térmicas e termómetros electrónicos, além de fazerem testes de antígeno.

Os viajantes que apresentarem resultados positivos não poderão entrar em Marrocos e deverão

embarcar imediatamente numa viagem de regresso ao local de origem, viagem que será paga pela companhia aérea ou marítima na qual viajaram.

“Qualquer passageiro que dê positivo à chegada a Marrocos não poderá aceder ao território nacional e deverá regressar imediatamente ao país de proveniência”, lê-se no comunicado, no qual se clarifica que os passageiros com residência permanente em Marrocos não serão ‘devolvidos’.

Segundo o Comité Interministerial de Acompanhamento da Covid, haverá equipas médicas em todos os portos e aeroportos do país.

Estas medidas foram tomadas para “preservar as importantes conquistas de Marrocos na luta contra a covid-19”.

As autoridades marroquinas estabeleceram a chamada lista B, em actualização permanente e que inclui um total de 84 países com alto risco de contaminação com o vírus.

A lista inclui países asiáticos, africanos, latino-americanos e europeus.

Mais de 22,38 milhões de marroquinos têm a vacinação completa e o Ministério da Saúde local aprovou recentemente a obrigatoriedade de uma terceira dose para toda a população.



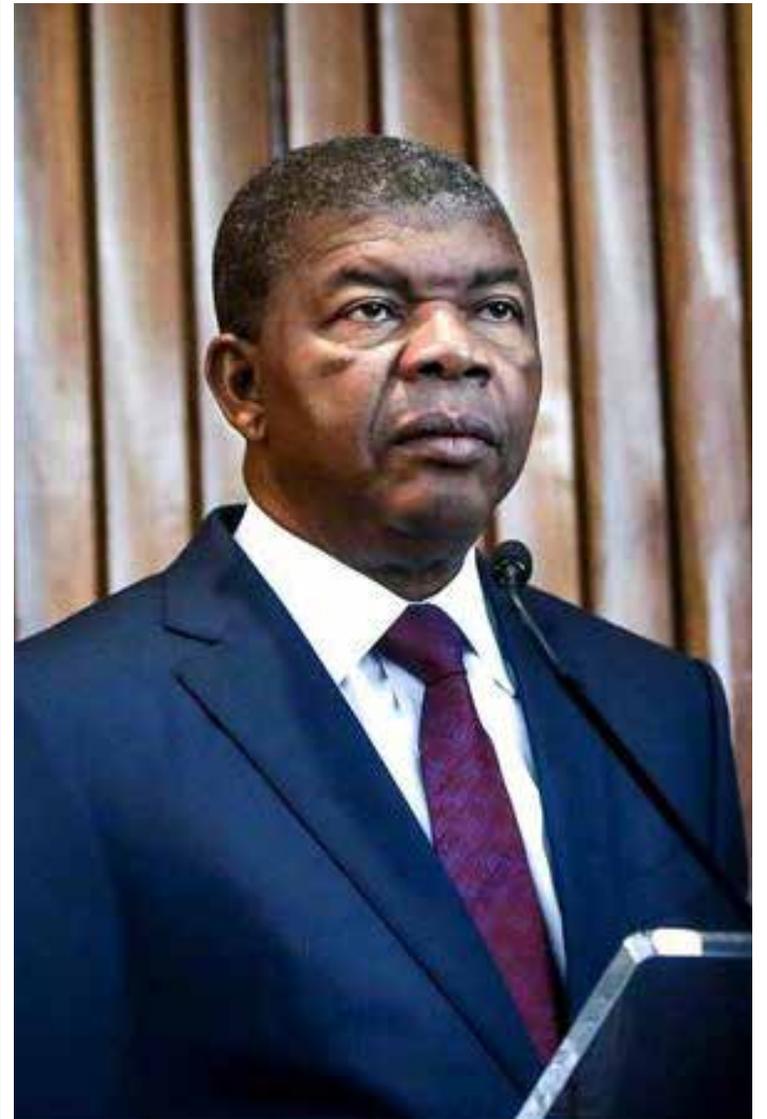
PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Portugal começa a vacinar com a terceira dose

Portugal vai começar a vacinar os profissionais de saúde com a terceira dose da vacina contra a covid-19 anunciou o secretário de Estado Adjunto e da Saúde, deste país.

Segundo António Lacerda Sales, as vacinas estão a ser distribuídas pelas instituições de saúde portuguesas.

Os sindicatos médicos e a Ordem dos Médicos já tinham apelado ao Governo para administrar a terceira dose da vacina aos profissionais de saúde, lembrando que foram dos primeiros a ser vacinados no final de Dezembro de 2020 e em Janeiro deste ano.



CENTRO DE ENDEMIAS E PANDEMIAS

PR convida críticos para uma visita

O Presidente da República convidou a visitar o Centro Especializado de Endemias e Pandemias (Cetep), inaugurado em Calumbo, Luanda, aqueles que criticaram a aquisição pelo Governo de um complexo residencial com este efeito.

Em causa está a polémica que se levantou, em 2020, quando o Governo anunciou a autorização para a compra deste complexo residencial, um imóvel com 200 residências, pelo valor de 24,9 milhões de dólares.

“Com relação a este centro, dizer que houve muita polémica quando se anunciou a decisão da constru-

ção desta unidade. A resposta aos polémicos é o que estamos a apresentar”, disse João Lourenço em declarações à imprensa, na inauguração do centro.

As críticas vindas de organizações da sociedade civil e de partidos políticos, entre os quais a Unita.

“As casas em questão são de baixa renda e o seu valor real de mercado é de apenas oito milhões de kwanzas”, referiu na altura o maior partido da oposição angolana, indicando ter pedido uma avaliação a especialistas independentes, pelo que estariam “a ser demasiadamente sobrefaturadas”.

Marcas & Estilos



Um toque de fofura

O padrão de listras deste cobertor de bebe superfofinho tricotado à mão torna-o tão único quanto confortável. O laboratório da Creating Comfort combina cores vibrantes que dão ao seu quarto um toque de fofura.



Sabores insuperáveis

Este é o Vaso-Vino Original de 38 onças. Um decantador concebido para arejar o seu vinho favorito de uma forma insuperável. Cabe confortavelmente uma garrafa inteira de 750 ml. Funciona tanto para vinho branco quanto para tinto.



AUTOMÓVEL

“Un giro, per favore!”

O Fiat Fastback é a aposta da marca italiana para entrar com sucesso no mercado dos utilitários desportivos. Mas, ainda deve demorar um pouco para chegar a Angola.

Trata-se de um grande SUV, mas com jeito de turismo de grandes dimensões, com sete lugares. Baseado na pick up Toro, o Fastback tem um design com linhas supermodernas, um dos mais belos conceitos algum dia exposto. O Fiat Fastback é um dos primeiros modelos da marca italiana a utilizar um motor 1.3 turbo.

AGENDA

LUANDA

DE 1 A 4 DE DEZEMBRO

Primeira edição da Feira Nacional de Publicidade e Marketing, na Baía de Luanda, em Luanda, das 10h00 às 18h00, com operadores do sector, comerciantes e gestores de negócios, académicos, especialistas do sector, entre outros.

DE 27 DE NOVEMBRO

A 2 DE DEZEMBRO

Bienal de Luanda, numa organização conjunta da UNESCO, União Africana e o Governo de Angola, em formato híbrido, de acesso livre a partir do site da Bienal, interpretada em inglês, francês, português e espanhol.

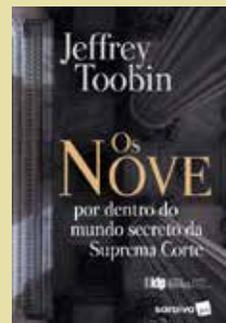
DE 25 A 27 DE NOVEMBRO

Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás realiza a primeira Conferência Internacional de Diamantes, nas instalações do Pólo de Desenvolvimento Diamantífero de Saurimo, na Lunda Sul.

LIVROS



AUTÓNOMOS, freelancers, profissionais liberais... Não importa o nome, todos eles precisam de lidar diariamente com uma série de questões que só angustiam aqueles que trabalham por conta própria.



A TESE NUCLEAR da presente obra é de que a nomeação dos Juizes Roberts e Alito pelo então presidente George W. Bush teria constituído uma guinada conservadora da Suprema Corte Norte-Americana.



TURISMO

Onde se respiram bons ares

É a partir de Setembro, Outubro que Buenos Aires, capital da Argentina, começa literalmente a aquecer e as folhas alaranjadas das árvores deixam as ruas mais fotogénicas. No Centro, está perto das atracções turísticas tradicionais e do comércio trivial.

San Telmo é conhecida pelos albergues, com o America del Sur, com sala de estar propícios para socializar, e também tem uma selecção de hotéis, como o Anselmo, em frente à Plaza Dorrego, e o luxuoso Mansion Vitraux.

É na mesa de restaurantes, cafés e no balcão dos bares que está um dos maiores prazeres. A variedade tem os representantes da tradição como as parrillas e cortes de carne que beiram a perfeição. O cozimento na brasa é uma instituição local. Tem opções que se estendem pela influência italiana das pizzas, pelas empanadas e pelas sanduiches no pão de miga.

ESTUDO NA ANTÁRTIDA

São "bastante frequentes" microplásticos em pinguins

CRISE AMBIENTAL. Foi detectada a presença "bastante frequente" de microplásticos em três espécies de pinguins na Península Antártica, o que demonstrou que "o lixo atinge os lugares mais insuspeitos da Terra".

Por Redacção

De acordo com a agência Efe, o estudo do Museu Nacional de Ciências Naturais (MNCN-CSIC), em Madrid, Espanha, baseia-se na análise de fezes em três espécies de pinguins da Antártida (Adélie, Chinstrap e Gentoo) recolhidas em expedições desde 2006, numa área geográfica de cerca de 500 quilómetros naquela zona do planeta.

As referidas análises, efectuadas na Universidade de Coimbra, revelaram a presença de microplásticos (plásticos com menos de 5 milímetros), principalmente polietileno e poliéster, bem como fibras de celulose em cerca de 30% das amostras.

A primeira hipótese é que tenha sido originada pelos resíduos gera-

dos pelas próprias bases de investigação na Antártica, embora o investigador responsável pelo estudo, Andrés Barbosa, citado pela EFE, tenha salientado que a presença de microplásticos numa parte tão remota do planeta pode ter duas origens.

Barbosa considera a hipótese "improvável" devido ao "tratamento requintado" que aqueles resíduos recebem e pela "separação bastante rigorosa" de lido, do qual uma parte é incinerada e outra parte transferida para tratamentos de reciclagem fora da península.

A outra origem possível, aponta o texto, é que os microplásticos tenham chegado de outras partes do planeta "transportados pelas correntes dos oceanos ou directamente através da própria cadeia alimentar".

Esta hipótese é também a mais provável para o coordenador do Projecto Libera para SEO/Birdlife, Miguel Muñoz, que explicou à Efe que, de acordo com os dados, 80%

MEMORIZE

● **De acordo com o estudioso,** "a massa total de plásticos que vão parar aos oceanos e mares todos os anos é de 13 milhões de toneladas", sendo possível que se venha a encontrar entre "5 e 50 mil milhões de microplásticos nestes ecossistemas".

120

Tipos de infecções ou doenças diferentes ligadas a plásticos são potenciais agentes patogénicos.

do lixo que acaba no mar provém de zonas urbanas interiores.

Os plásticos, salientou Miguel Muñoz, são "materiais com baixa densidade, pelo que são facilmente transportados" por rios ou fenómenos meteorológicos.

"Poderíamos pensar que o mar começa na casa de banho de todos. Embora a construção, a agricultura e a pesca sejam sectores com uma elevada incidência de lixo marinho", apontou.

De acordo com o estudioso, "a massa total de plásticos que vão parar aos oceanos e mares todos os anos é de 13 milhões de toneladas", sendo possível que se venha a encontrar entre "5 e 50 mil milhões de microplásticos nestes ecossistemas".

O responsável do Projecto Libera referiu ainda que a área de superfície específica dos microplásticos significa que estes servem de transporte "muito eficaz" para todos os tipos de microrganismos e, com eles, infecções e doenças.

"As últimas análises falam de 120 tipos [de infecções ou doenças] diferentes ligadas a estes plásticos que são potenciais agentes patogénicos", adiantou, citado pela EFE.

As conclusões apontam na mesma direcção, acrescentando que "uma grande parte dos microplásticos deve vir do krill (conjunto de espécies de animais invertebrados semelhantes ao camarão que serve de alimento a animais marinhos).

A ingestão directa é "muito prejudicial" para os cetáceos, que são incapazes de diferenciar o plâncton dos microplásticos e, ao ingerir microplásticos, "acabam por ter uma falsa sensação de saciedade" mas porque não os metabolizam podem acabar por morrer de fome.

No caso dos pinguins, não há provas directas deste possível efeito, mas são conhecidos outros poluentes orgânicos persistentes, que fazem parte do polietileno ou outros tipos de compostos, e que afectam o sistema endócrino daqueles animais.



A massa total de plásticos que vão parar aos oceanos e mares todos os anos é de 13 milhões de toneladas.

Educação & Tecnologia

COMUNICADO DE IMPRENSA

Primeira edição do programa Cowbell Nota 20 consagra estudante Mauro Canjingu

PUBLICIDADE. O estudante da 7.^a classe, Mauro Canjingu, de 13 anos, é o grande vencedor da primeira edição do concurso transmitido pela TPA1 Cowbell Nota 20. O recém-terminado programa levou, ao longo de 10 episódios, aos telespectadores da televisão nacional um conteúdo inovador que premiou a excelência dos estudantes, mostrou a importância da valorização de conteúdos televisivos, educativos e divertidos.

Mauro Canjingu descreve-se como um rapaz sonhador e mostrou-se orgulhoso por participar e vencer este grande concurso. “Esta vitória é, para mim, um incentivo para aplicar-me ainda mais nos estudos. Gostaria de felicitar a TPA e a Promasidor pela iniciativa de terem realizado este programa. Espero que venham mais edições e que outras crianças também participem.”

Num ambiente de grande competição e com os demais concorrentes a demonstrarem grande capacidade para também vencerem a competição, Mauro destacou-se por conta do seu conhecimento em cultura geral.

Participaram da grande final do concurso os estudantes Osmajol Mpangu, segundo classificado, e Catila Domingos, que ocupou a terceira posição.

Relativamente à premiação, o primeiro classificado teve direito a um cabaz de produtos Promasidor, Seguro de saúde para um ano da Fidelidade Seguros, uma Bolsa de Estudo oferecida pela Promasidor, um voucher no valor de 150 mil KZ a serem gastos nas lojas Twisted Media, um voucher no valor de 90 mil KZ a serem gastos nas lojas Bismark e um computador oferecido pela associação Mentos Brilhantes.



O segundo classificado recebeu um cabaz de produtos Promasidor e um voucher no valor de 60 mil KZ a serem gastos nas lojas Bismark, enquanto a terceira classificada foi igualmente agraciada com um cabaz de produtos Promasidor e um voucher no valor de 30 mil KZ a serem gastos nas lojas Bismark.

Durante dois meses, o Cow-

bell Nota 20 foi um programa dirigido a toda a família angolana. O concurso contou com a participação de estudantes do 1.^o ciclo do ensino geral que nos 10 episódios foram desafiados a responderem questões do currículo nacional das disciplinas de Português, Matemática, História e Geografia, para além de perguntas de cultura geral, curiosidades

sobre diferentes áreas do conhecimento e sobre os benefícios do consumo de leite.

O Cowbell Nota 20 foi apresentado por Neide Van-Dúnem e teve como um dos objectivos a criação de bons hábitos alimentares entre os participantes e telespectadores, assim como a distribuição de nutrição de qualidade para todas as famílias.

O Cowbell Nota 20 foi uma parceria entre a Promasidor Angola, TPA e Team Films, e contou com o patrocínio da Unitel, ULTRA, Purifiltros, Twisted Media, Bismark Papelaria, Fidelidade Seguros, Nus Eventus e Mentos Brilhantes Produtora. Teve a duração de 40 minutos e foi emitido todas às quintas-feiras, na TPA 1.

SOBRE A PROMASIDOR ANGOLA

A Promasidor é a empresa líder africana de produtos alimentares e bebidas, servindo mais de 850 milhões de pessoas em mais de 30 países do continente.

Em Angola há 25 anos, a Promasidor foi o segundo projecto de investimento privado estrangeiro no país e foi também a primeira empresa a embalar leite em pó. Hoje, e baseado num crescimento sustentado, a Promasidor Angola é líder de mercado do leite em pó e é o fornecedor privilegiado da indústria láctea, graças à sua força comercial. Está presente nas 18 províncias do país e tem investimentos em Cabinda, Huambo, Huíla e Benguela.

A empresa conta com cerca de 200 colaboradores, chegando a mais de mil clientes directamente. Com mais de 160 milhões de unidades de produtos vendidas, as marcas da Promasidor Angola estão hoje à mesa de mais de 10 milhões de consumidores.

A distribuição de 50 mil kits de dignidade a mulheres no sul de Angola, prevista para breve, é apenas um dos passos do programa de resposta de emergência, conhecido por CERF.



As colheitas secas, os cadáveres de gado morto por falta de água e a terra empoeirada são apenas os efeitos a olho nu da mais grave seca dos últimos 40 anos no Sul de Angola. O impacto social é imenso. Relatórios de várias instituições governamentais e do Sistema das Nações Unidas estimam que um total de cinco milhões de pessoas são fustigadas directamente por esta seca severa, metade delas totalmente privadas de serviços de saúde, educação e padrões dignos de vida.

Neste cenário desolador, as meninas e mulheres estão entre os mais vulneráveis. As carências de alimentos e destruição do modo de vida das comunidades agravam os desequilíbrios de género já existentes e as taxas relativamente altas de violência que sofrem todos os dias. Muitas tentam dar a volta por cima e assumem trabalhos tradicionalmente ocupados por homens, como a produção e venda de carvão. Outras migram para a Namíbia e cidades mais próximas em busca de comida. Na sua força, tornam-se alvos fáceis e frágeis de exploração sexual.

A situação é preocupante e há muito trabalho a fazer. O UNFPA está já no terreno para ajudar a reduzir a exposição deste grupo da população aos efeitos da seca.

Fundos de Emergência aliviam a carência de um milhão de mulheres afectadas pela seca no Sul de Angola (CERF)

PUBLICIDADE. A seca no Sul de Angola está a catalisar uma série de riscos invisíveis. A insegurança alimentar está a expor cada vez mais a população feminina à violência baseada no género. Para ajudá-la, o Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) executou um plano que vai distribuir mais 60 mil kits de dignidade e ajudar directamente quase um milhão de meninas e mulheres nas províncias da Huíla, Cunene, Namibe, Benguela, Cuanza-Sul e Huambo.

A distribuição de 50 mil kits de dignidade a mulheres no sul de Angola, prevista para breve, é apenas um dos passos do programa de resposta de emergência, conhecido por CERF. Este plano já está em marcha nas províncias do Cunene, Huíla, Namibe e Cuando-Cubango, estando para breve a extensão ao Cuanza-Sul, Benguela e Huambo. No total, a

agência das Nações Unidas dará apoio a 874.000 mulheres em idade reprodutiva e a 115.337 mulheres grávidas, em matéria de saúde sexual e reprodutiva, e prevenção de violência baseada no género.

Entre as meninas vulneráveis do Sul de Angola, está a Bela José, que aos 17 anos, ganha a vida como vendedora de óleo Mupeque no mercado da Bibala, na Huíla. Bela vive

com o irmão que tem a sua tutela, por cansa da Mãe. A menina foi uma das beneficiárias do kit de dignidade distribuído naquela localidade e agradece “gostei muito de receber o kit de dignidade, porque ajuda na minha higiene”.

Para Bela é muito importante ter o apoio do UNFPA nas questões de saúde menstrual, mas o que ela gostaria muito de estu-

dar “Estudei até a 4.ª classe, sei ler e escrever e quero muito estudar. Eu vendo óleo para cabelo aqui no mercado, no fim-de-semana vendo as galinhas da fazenda onde o meu irmão trabalha, depois faço as actividades de casa, mas quero mesmo estudar” reforça a menina esperançosa de que alguém a ouça e apoie.

Salvar vidas é o grande objectivo. O UNFPA prevê que este conjunto de acções, aliadas aos Cuidados Obstétricos de Emergência, reduzirá as taxas de mortalidade infantil e de mulheres grávidas e lactantes por causas evitáveis, para além de impactar positivamente na redução da transmissão do HIV.

Por outro lado, o programa quer também intervir para melhorar a saúde em geral deste grupo. Num contexto de seca, as meninas e mulheres evitam beber água para não ter que ir às poucas casas de banho com condições, o que aumenta o risco de infecções urinárias. Por outro lado, guardam a pouca água que há para tarefas domésticas, descuidando a higiene diária, situação particularmente delicada durante a menstruação.

O projecto é financiado pelo Banco Mundial, e complementará as actividades de outras agências das Nações Unidas no terreno, como a UNICEF ou a Organização Mundial da Saúde, na minimização do impacto humanitário das condições de seca na região sul do país.

Educação & Tecnologia



António Feliciano Braça *



As políticas fiscais e seu impacto no crescimento económico em Angola

Política Fiscal são acções e medidas, com incidência na arrecadação de receitas e realização de despesas, com objectivo do alcance da distribuição da renda, alocação de recurso, estabilização macroeconómica, redução da inflação, taxa de desemprego, e melhor fornecimento dos bens e serviços. A boa gestão fiscal é tida como condição básica para reformulação dos aspectos macroeconómicos, favorecendo o crescimento económico sustentável.

Em 1908, a borracha representava 65% das exportações de Angola; 1946 e 1972 a produção mais beneficiada foi o café, que veio a constituir o principal produto de exportação, devendo ressaltar também o sisal, o algodão e produtos da pesca;

Entre 1960 e 1972, a progressão da produção das indústrias extractivas foi particularmente sensível em três ramos: diamante, ferro e petróleo;

A diversificação da indústria transformadora deu os primeiros passos neste período. Quatro sectores ligeiros, nomeadamente, alimentação, têxtil, bebidas e tabaco, contribuíram com 64% do total da indústria;

Desde meados de 2014 que Angola tem sido assolada com crescimento económico negativo. Angola continua a sofrer com as variações do preço do barril petróleo e corte nos níveis de produção, com uma contracção do Produto Interno Bruto (PIB). O sector petrolífero contribui para um terço do PIB e para mais de 90% das exportações. A transformação de uma economia petrolífera liderada pelo Estado para um modelo de crescimento liderado pelo sector privado tem sido complexo e de longo prazo e o sector petrolífero continuará a desempenhar um papel importante durante este período de transição.

Entre as várias políticas económicas, destaca-se o regime cambial mais flexível, uma política monetária restritiva e a consolidação fiscal. Várias são as reformas fundamentais feitas, incluindo a nova lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento

de Capitais, lei das privatizações, a criação de um balcão único para os investidores para melhorar o clima empresarial, estabelecimento de um registo de protecção social para proteger os mais vulneráveis contra os efeitos das reformas, bem como alterações e aprovações de um conjunto de pacotes legislativos.

O desafio da política fiscal em Angola começa com aprovação do Decreto Presidencial n.º 50/11 de 15 de Março, que aprova as Linhas Gerais do Executivo para a Reforma Tributária, consolidada com Estatuto Orgânico da Administração Geral Tributária, em 15 de Dezembro de 2014, cujo objectivo foi maior coordenação na execução das políticas fiscais. A transferência do pessoal, o património, as atribuições e competências legais da Direcção Nacional dos Impostos (DNI), do Serviço Nacional das Alfândegas (SNA) e do Projecto para a Reforma Tributária (PERT) para a AGT, bem como atribuição de autonomia e gestão administrativa, financeira e patrimonial.

A política fiscal visa a redução de custos no sector da tributação mediante a simplificação da estrutura de gestão, o reforço do investimento em sistemas tecnológicos de

informação e a racionalização da organização dos serviços regionais e locais, capacitação dos funcionários, finalmente redução das receitas petrolíferas, sendo esta política um aliado privilegiado do Executivo para a realização dos objectivos preconizados no programa de governação que possam contribuir para o bem-estar social de todos os angolanos.

Com a consolidação da política fiscal, perspectiva-se em 2021, de modo geral, o alargamento da base tributária, captando, sobretudo, aqueles contribuintes que hoje estão no sector informal, e a cidadania fiscal, na medida em que o contribuinte compreenda o seu real papel no sistema tributário. Assim sendo, fruto das alterações legislativas realizadas em 2020, com destaque as alterações dos Códigos dos Impostos Industrial, Rendimentos de Trabalho, Predial Urbano, Valor Acrescentado e Código Geral Tributário, a estratégia tributária passa pela implementação de uma melhor fiscalização e de melhores procedimentos, de modo a promover a integração de contribuintes no cumprimento das obrigações fiscais.

A economia angolana entrou,

em 2021, com recessão de 4%, com um decréscimo em 18% no primeiro trimestre deste ano. Começou na economia angolana um ciclo de recuperação gradual desde a experiência dos preços baixos do petróleo em 2014, empenhado “numa visão de contenção orçamental moderada, focada numa inversão do rácio da dívida sobre o PIB, com o objectivo de se aproximar dos 65%”, o que representa uma redução face aos cerca de 80 por cento calculados pelo FMI.

Para a consolidação das políticas fiscais, o Executivo vai propor a redução da taxa do IVA num conjunto de produtos no próximo Orçamento Geral do Estado. Sobre esta medida, haverá “uma proposta de redução significativa” do valor do IVA a pagar sobre “um conjunto de bens de consumo”, que permitirá aliviar o custo de vida, face aos elevados valores da inflação, que atingiu os 26% em Agosto. Entre outras medidas, tem tentado controlar a subida dos preços, como a isenção dos direitos aduaneiros para alguns produtos.

A execução fiscal durante o presente ano foi superior ao desejado. Para isso, terão contribuído os gan-

hos obtidos com o alargamento da base tributária e com a modernização da acção de cobrança de impostos, visto que a receita não petrolífera registou um acréscimo de cerca de 30% face ao que estava previsto no OGE Revisto 2020. As projecções fiscais actualizadas apontam para um extensão da receita na ordem dos 26% comparativamente ao OGE do corrente ano. Havendo um remanescente em relação aos recursos que se esperavam arrecadar no OGE de 2021, o Executivo perspectiva aplicar esse excedente para substanciar a posição da Conta Única do Tesouro mediante a constituição de reservas mínimas de tesouraria, caucionar um reforço orçamental para a efectivação de projectos do desígnio de Investimentos Públicos enquadrados no OGE 202, mas que não têm fonte de financiamento garantida, ampliar o panorama de pessoal nos sectores da saúde e da educação, e proceder ao pagamento de dívida atrasada de anos anteriores, fazendo funcionar o circuito económico.

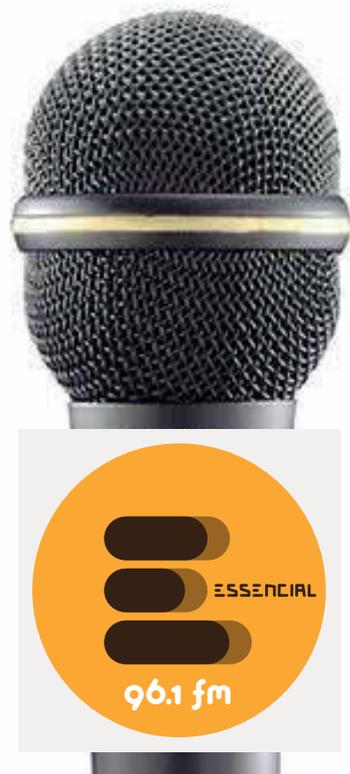
A política fiscal consiste no uso da arrecadação de receitas (tributação) e da realização de despesas (gastos) pelo governo com o objetivo de monitorar e atuar positivamente no sector económico e social. Reforça-se a ideia com a política fiscal em Angola e à implementação da reforma tributária do sector não petrolífero actualmente em curso no país e bases para a elaboração do orçamento credível. Previsões de receitas precisas são componentes para a concepção e execução de políticas fiscais sólidas. Erradicando erros de previsão de elaboração do OGE, que podem levar a problemas substanciais de gestão orçamental.

A Política Fiscal em Angola poderá ser determinante na elaboração do OGE, esboçando a utilização de quantias arrecadadas junto os tributos de forma equilibrada, levando em afeição o total das despesas e receitas de um período. Essa política actua debaixo de três princípios: alicerçar a economia, redistribuir a receita e a alocar da melhor forma os seus recursos, por meio do ampliação de impostos. Com a consolidação das políticas fiscais, verificaremos aumentos na produção e consumo de bens e serviços de forma sustentada, efectivando gradualmente o crescimento económico.

*Técnico tributário da Repartição Fiscal do Huambo (4.ª Região Tributária-AGT), e Professor no Instituto Superior Politécnico de Humanidade e Tecnologia Isupe-Ekuikui II

O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



NÚMEROS DA SEMANA

4,6

Milhões de euros valor do acordo assinado pela delegação da União Europeia em Angola e a International Finance Corporation (IFC) para África para apoiar incubadoras e empreendedores em Angola.

10,9

Mil milhões kz despesa para a empreitada de intervenções complementares no santuário e em infra-estruturas da vila da Muxima.

6

Pedras especiais de diamantes brutos que serão leiloadas pela Sodiam.

1,5

Mil milhões USD Montante que o Banco Mundial estima para o financiamento de projectos em Angola, segundo a instituição.



AOS AFRICANOS

Ramaphosa desencoraja exportação de matérias-primas

O presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa, defendeu, nesta terça-feira, por altura da abertura da II Edição da Feira Intra-Africana de Comércio, a necessidade de os países africanos deixarem de ser exportadores de matérias-primas e importadores de produtos acabados elaborados com as matérias-primas locais.

“Não podemos mais ter uma situação em que África exporta matérias-primas e importa produtos acabados feitos com essas matérias”, afirmou Ramaphosa, insistindo que “o que não se quer é uma situação em que os nossos recursos proporcionem empregos e valor agregado em outras economias, enquanto os povos do continente vivem na pobreza e em condições de subdesenvolvimento”.

O líder sul-africano considerou, por isso, “fundamental” o fomento do comércio entre os países do continente, o que pode funcionar “mudando a relação comercial distorcida entre os estados africanos e o resto do mundo desenvolvido”. Ramaphosa entende também como “crucial” a criação da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), bem como de estímulos para atrair investidores para instalar unidades de produção e “regras fortes” que ajudem a absorver perto de 12 milhões de jovens africanos anualmente em busca de trabalho. Esse exercício em defesa da produção ‘made in Africa’, de acordo com Cyril Ramaphosa, pode contar com a experiência do seu país, visando o estabelecimento de relações comerciais mais equilibradas, mais equitativas e mais justas. Uma garantia também manifestada pelos chefes de Estado da Zâmbia, do Malawi, do Zimbábue, e da Nigéria, que discursaram na mesma cerimónia

DETIDOS NO CONGO

Soltura só com pagamento de 51 milhões kz

Pelo menos 42 pescadores angolanos e quatro embarcações que terão violado a fronteira marítima do Congo, em Julho, foram condenados à pena suspensa, mas instados a pagar uma multa de 51 milhões CFA (cerca de 50 milhões de kwanzas), depois de um julgamento sumário por um tribunal local.

As embarcações terão invadido as águas territoriais do Congo, à procura de pescado, tendo o gesto sido interpretado como uma ameaça ao perímetro de uma plataforma petrolífera congoleza, que obrigou à intervenção das autoridades daquele país. Os homens e as embarcações e respectivos artefactos de pesca continuam retidos em Ponta-Negra.

Abordado nesta terça-feira pela Angop, o cônsul geral de Angola para os departamentos de Kouilou e Ponta-Negra, Samuel Andrade da Cunha, manifestou-se preocupado.

“A situação ainda não está resolvida. Digamos que nunca aconteceu caso do género de detenção e julgamento. Temos tido esses casos frequentemente, mas, quando acontece, os nossos pescadores são logo de imediato repatriados após cumpridas as formalidades junto das autoridades locais”, afirmou o diplomata, esclarecendo que “a libertação das embarcações depende somente do pagamento da multa” e já informou ao governo da província de Cabinda “que também diz não ser da sua competência”.

Além da violação da fronteira marítima do Congo, pescadores angolanos têm sido acusados de violarem a fronteira da Namíbia. Em Maio deste ano, por exemplo, as autoridades namibianas acusaram, depois de já o terem feito em outras ocasiões, o Governo angolano de ignorar a notificações sobre navios angolanos que entram furtivamente nas águas namibianas, sobretudo às noites.



CONTRARIANDO OS 35% DO GOVERNO

AIA propõe subvenção de 75% aos fertilizantes

PRODUÇÃO. Presidente da AIA acredita que medida pode criar riqueza e reduzir as exportações. José Severino desafia Governo a não ter “medo” de subvencionar mais e lembra que os camponeses vivem numa “situação crítica”.

Por Isabel Dinis

A Associação dos Industriais de Angola (AIA) acredita que a subvenção aos preços dos fertilizantes em 35% “não chega”, pelo que propõe uma alteração para os 75%.

O seu presidente, José Severino, alerta, em declarações ao Valor Económico, que o camponês está “numa situação muito crítica”, de modo que os 35% aprovados “não são nada” e “não chegam para colmatar as dificuldades”.

José Severino entende que o Estado “não deve ter medo de subvencionar em 75% aos camponeses porque só sairá a ganhar”. “Ele [camponês] vai criar riqueza, o Estado vai ganhar, vai substituir importações com a produção”, sublinha.

O líder empresarial, ao contrário de defender a subvenção aos preços dos fertilizantes, propõe que o Estado termine com a subvenção aos combustíveis, afir-

mando que “Angola tem subvencionado o contrabando”.

O Governo decidiu, em Junho deste ano, subvencionar o preço dos fertilizantes até 35% “para que sejam comercializados a preços mais acessíveis”.

A medida foi aprovada em reunião ordinária da Comissão Económica do Conselho de Ministros.

Na altura, o ministro da Agricultura e Pescas, António de Assis, anunciou a subvenção de até 35% do preço real do mercado e que os agricultores só iriam pagar o diferencial. O Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (Fada), por sua vez, pagará aos empresários o valor que for acordado em leilão.

Numa primeira fase, o Governo prevê alocar cerca de 17 mil milhões de kwanzas ao Fada, para realizar as operações de subvenção.

O ministro explicou que o objetivo principal da medida é tornar “mais fácil” a vida dos produtores, principalmente dos que praticam agricultura familiar, que, neste último ano agrícola, atravessaram dificuldades devido ao clima, excesso de chuvas, estiagens prolongadas e ataques de pragas.